

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE FORMIGA

Rua Barão de Piumhi., 121 - Centro - Formiga
CEP: 35570-128 CNPJ: 16.784.720/0001-25 Telefone: (37) 3329-1800

Site: www.formiga.mg.gov.br

Parâmetros: Data Final: 08/04/2026; Modalidade: [{"valor": "CE", "descricao": "Concorrência eletrônica"}]; Tipo de Período: DATA_REGISTRO; Data Inicial: 08/04/2026; Entidade: COM_OR_SEM_DESPESAS
SIM, Listar Despesas?; NAO, Situação da Despesa: COM_OR_SEM_DESPESAS

Processo	Licitação	Forma de Julgamento	Tipo de Processo	Fundamento Legal	Registro	Abertura	Homologação	Total Licitado
65/2026	4/2026 CE	Menor Preço Global	Licitação	Lei 14133/2021, Art.28, II	08/04/2026			392.846,18
Objeto: Contratação de empresa para execução de reparos das coberturas do Centro de Educação Infantil Conceição Maria de Almeida, localizada na Rua Dr. Teixeira Soares nº 1120, Bairro Engenho de Serra, e da Escola Municipal Papa Pio XII, localizada na Rua Higinio de Carvalho, s/nº, Bairro Rosário, ambos no Município de Formiga - MG, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's, mão de obra qualificada e demais despesas vinculadas ao CONVENIO DE SAIDA nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, atendendo as necessidades do Município.								
66/2026	5/2026 CE	Menor Preço Global	Licitação	Lei 14133/2021, Art.28, II	08/04/2026			380.960,43
Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas vinculadas ao CONVENIO DE SAIDA nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, atendendo as necessidades do Município.								
Total de Processos: 2								Total Geral Licitado: 773.806,61



MUNICÍPIO DE FORMIGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 6.535, DE 19 DE MARÇO DE 2026

Autoriza abertura de crédito suplementar e dá
outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.203.226,27 (três milhões, duzentos e três mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte e sete centavos), conforme descrito abaixo:

01	PREFEITURA MUNICIPAL	
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
12.361.0021.1.053	Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar	
4.4.90.51 (2571)	Obras e instalações (ficha 1033)	1.661.373,45
12.365.0021.1.056	Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar – Creche	
4.4.90.51 (2571)	Obras e Instalações (ficha 1083)	364.442,96
12.361.0021.1.051	Aquisição de Equipamentos para o Ensino Fundamental	
4.4.90.52 (2571)	Equipamentos e Material Permanente (ficha 1032)	900.000,00
12.365.0021.1.055	Aquisição de Equipamentos para o Desenvolvimento do Ensino Infantil Creche	
4.4.90.52 (2569)	Equipamentos e Material Permanente (ficha 1082)	60.091,41
12.365.0021.1.061	Aquisição de Equipamento para o Desenvolvimento do Ensino Infantil Pré-escola	
4.4.90.52 (2569)	Equipamentos e Material Permanente (ficha 1084)	42.389,49
12.365.0021.2.137	Manutenção do Ensino Infantil Creche	
3.3.90.30 (2569)	Material de consumo (ficha 1097)	74,80
12.365.0021.2.138	Manutenção do Ensino Infantil Pré-escola	
3.3.90.30 (2569)	Material de consumo (ficha 1111)	52.756,87
12.367.0022.1.042	Aquisição de Equipamentos para a Educação Especial	
4.4.90.52 (2571)	Equipamentos e Material Permanente (ficha 1138)	122.097,29
TOTAL		3.203.226,27



MUNICÍPIO DE FORMIGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Prefeito

Art. 2º Para fazer face às despesas previstas no art. 1º, fica utilizado o superávit financeiro, conforme art. 43, § 1º, I da Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 19 de março de 2026.

Laercio dos Reis Laercio dos Reis

Gomes:76137 Gomes:76137
139620 139620

LAÉRCIO DOS REIS GOMES

Coronel Laércio

Prefeito de Formiga



MUNICÍPIO DE FORMIGA
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Prefeito

PUBLICAÇÃO:

*Jornal: Diário Oficial dos
Municípios Mineiros*

Edição nº: 4237

Data: 20/03/2026



TERMO DO CONVÊNIO

Tipo Instrumento: CONVÊNIO

Termo do Convenio

CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE

CONVÊNIO DE SAÍDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE FORMIGA PARA OS FINS NELE ESPECIFICADOS.

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, sediada na Rod. Papa João Paulo II - Nº 4143, Serra Verde, BELO HORIZONTE - MG, 31.630-900, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.599/0001-05, neste ato representada por sua Superintendente Regional de Ensino de Passos, **INÁCIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR**, portadora do CPF nº xxx.958.396-xx, doravante denominada **CONCEDENTE** e o **MUNICÍPIO DE FORMIGA**, sediado na RUA BARÃO DE PIUMHY, 121, CENTRO, FORMIGA - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 16.784.720/0001-25, adiante denominado apenas **CONVENENTE**, representado por seu Prefeito, **LAERCIO DOS REIS GOMES**, portadora do CPF nº xxx.371.396-xx, **RESOLVEM**, com base na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, na Lei Estadual nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias – LDO –, no Decreto Estadual nº 48.745, de 29 de dezembro de 2023, na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG - nº 03/2013 e na Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 001, de 31 de janeiro de 2024, celebrar o presente **CONVÊNIO DE SAÍDA**, mediante as seguintes cláusulas e condições, previamente entendidas e expressamente aceitas:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

O presente convênio tem como objeto a mútua cooperação entre Estado e Município para atendimento à rede municipal, por meio de transferência de recurso financeiro estadual, destinado à execução de reformas ou obras nas escolas da rede municipal, no âmbito do programa, consoante o previsto no § 2º, do art. 211 da Constituição da República. Serão beneficiadas com

as obras objeto deste convênio as seguintes escolas: Centro de Educação Infantil Dercy Alves Praça - Rua Ramiro Corrêa, nº 185 - Bairro Areias Brancas Escola Municipal Professor Franklin de Carvalho - Rua Alda Caetano de Paula, nº 797, bairro Nsa. Sra. de Lourdes Escola Municipal Benedita Gomide Leite - Av. Geraldo Almeida, nº 600, bairro Vargem Grande Centro de Educação Infantil Conceição Maria de Almeida - AV. DR. TEIXEIRA SOARES, Nº 1120, BAIRRO ENGENHO DE SERRA Escola Municipal Papa Pio XII - Rua Higino de Carvalho, s/nº, bairro Rosário Escola Municipal José João de Melo - COMUNIDADE FAZENDA VELHA Reforma de Prédios Escolares no Município de Formiga - **Programa Fortalecimentos das Escolas**, conforme Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelo CONCEDENTE e parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, na condição de seu anexo.

Subcláusula Única Toda a documentação apresentada pelo CONVENIENTE e aceita pelo CONCEDENTE no SIGCON-MG - Módulo Saída, integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA 2ª – DA FINALIDADE

Constitui finalidade do presente convênio de saída estabelecer a mútua cooperação entre estado/município. Assim, a SEE repassará ao Município recursos financeiros para execução de obras, dentro do “Programa Fortalecimento das Escolas Municipais” de atendimento aos municípios, objetivando atender à clientela das escolas da rede pública de ensino nos municípios mineiros. Sendo o poder público municipal aquele que tem as condições para operacionalizar essa ação, caberá ao estado cooperar financeiramente com o mesmo, conforme explicita a constituição federal. Portanto, a SEE repassará os recursos ao município de **FORMIGA**, que apresentou as condições devidas para a execução do referido convênio.

CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA

Este instrumento vigorará por 730 (setecentos e trinta) dias, a contar da data de sua publicação, computando-se, neste prazo, o previsto para execução do objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, podendo a vigência ser prorrogada observado o procedimento constante da Cláusula 10ª.

CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

I - Compete ao(à) CONCEDENTE:

a) Realizar no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais (SIGCON – MG - Módulo Saída) a tramitação de processos, a notificação e a transmissão

de documentos para a celebração, a programação orçamentária, a liberação de recursos, o monitoramento e fiscalização da execução e a análise de prestação de contas do convênio de saída, sendo, ainda, nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados diretamente no sistema;

b) publicar o extrato do CONVÊNIO DE SAÍDA e de seus aditivos, no Diário Oficial do Estado, no prazo e na forma legal, para que o instrumento produza seus efeitos legais e jurídicos;

c) dar ciência da assinatura deste CONVÊNIO DE SAÍDA ao Poder Legislativo do(a) CONVENIENTE;

d) repassar ao CONVENIENTE os recursos financeiros necessários à execução do objeto previsto na Cláusula 1ª deste CONVÊNIO DE SAÍDA, de acordo com a Cláusula 8ª;

e) orientar o CONVENIENTE quanto à correta execução do objeto deste convênio de saída;

f) monitorar e fiscalizar, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA;

g) notificar o CONVENIENTE sobre qualquer irregularidade identificada no uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, constatadas a partir das atividades de monitoramento e fiscalização e da análise da prestação de contas parcial, com a fixação de prazo em conformidade com o Decreto nº 48.745/2023 para o saneamento ou apresentação de justificativas;

h) analisar as propostas de alterações apresentadas pelo CONVENIENTE, desde que devidamente justificadas, e realizar eventuais ajustes necessários à aprovação, caso as modificações sejam permitidas na legislação e preservem o núcleo da finalidade do CONVÊNIO DE SAÍDA;

i) promover o apostilamento no convênio de saída ou no último termo aditivo de alterações aprovadas relacionadas à dotação orçamentária, aos membros da equipe executora, à conta bancária específica, à duração das etapas, ao demonstrativo de recursos, à alteração dos agentes responsáveis pelo monitoramento e fiscalização do convênio de saída, à alteração do cronograma de desembolso e aos dados dos partícipes, nos termos dos art. 83 do Decreto nº 48.745/2023;

j) prorrogar de ofício a vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA no caso de atraso na liberação dos recursos ocasionado pelo CONCEDENTE, limitada ao período verificado ou à previsão estimada de atraso da liberação, conforme Cláusula 10ª, SubCláusula 2ª, bem como adequar, se for o caso, a duração das etapas considerando a nova vigência;

k) assegurar os recursos necessários para o pleno desempenho das atividades de monitoramento, fiscalização e análise da prestação de contas parcial e final;

l) receber e analisar, técnica e financeiramente, as prestações de contas apresentadas pelo CONVENENTE, aprová-las, com ou sem ressalvas, ou reprová-las, mantê-las arquivadas, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, para futuras ou eventuais inspeções;

m) instaurar o Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual não Tributário decorrente de dano ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias – PACE-Parcerias, na hipótese de reprovação da prestação de contas final, inclusive por ocasião da omissão no dever de prestar contas;

II - Compete ao(à) CONVENENTE:

a) manter atualizados o correio eletrônico, o telefone de contato e o endereço, inclusive o residencial, de seu representante legal, e demais requisitos do Cadastro Geral de Convenentes do Estado de Minas Gerais – Cagec;

b) executar e acompanhar a execução, diretamente ou por terceiros, da reforma ou obra, dos serviços, do evento ou da aquisição de bens, relativa ao objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA, em conformidade com seu Plano de Trabalho e observada a legislação pertinente, e dispositivos relativos à segurança, higiene e medicina do trabalho;

c) assegurar a legalidade e a regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA, sendo permitidas somente despesas previstas no Plano de aplicação do Plano de Trabalho e desde que observadas as regras de utilização de recursos dispostas na Cláusula 9ª;

d) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou órgãos de controle;

e) comparecer à Agência Bancária indicada pelo CONVENENTE para providenciar a formalização do contrato de prestação de serviços junto à instituição financeira e ativação da conta bancária específica para este CONVÊNIO DE SAÍDA, com vistas a possibilitar o recebimento dos recursos;

f) manter e movimentar, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros de que trata a Cláusula 5ª depositados na conta bancária específica do CONVÊNIO DE SAÍDA, cuja abertura

deve se dar em instituição financeira oficial, nos termos do art. 59, §§2º e 3º do Decreto nº 48.745/2023;

g) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante ao Estado e respectivos órgãos de controle;

h) especificar, quantificar e valorar os bens e/ou serviços que venham a ser utilizados em execução direta, inclusive os correspondentes à contrapartida em bens e serviços quando existentes;

i) manter aplicados os recursos, enquanto não utilizados, em conformidade com a Cláusula 9ª, Subcláusula 2ª;

j) observar que os rendimentos decorrentes da aplicação financeira dos recursos serão obrigatoriamente computados a crédito do CONVÊNIO DE SAÍDA, podendo ser aplicadas, exclusivamente, em seu objeto, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, observado o disposto no art. 59 do Decreto nº 48.745/2023;

k) responsabilizar-se pela cobertura dos custos que eventualmente excederem o valor constante da Cláusula 5ª;

l) efetuar os pagamentos aos contratados e fornecedores exclusivamente por meio de transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, exceto, nos casos previstos no § 2º do art. 61 do Decreto nº 48.745/2023, em que serão permitidas outras formas de pagamento que efetivem crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços e permitam a verificação do nexo de causalidade da receita e da despesa;

m) não efetuar pagamentos em espécie;

n) não realizar despesas e pagamentos com recursos do convênio de saída nas situações vedadas na Subcláusula 2ª da Cláusula 9ª, sob pena de glosa de despesas e/ou reprovação da prestação de contas;

o) verificar a adimplência de fornecedores ou prestadores de serviços cujo pagamento será efetuado com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, conforme previsto no art. 65 do Decreto nº 48.745/2023, anexando no Sigcon-MG-Módulo Saída os comprovantes dessa verificação;

p) não realizar pagamento antecipado com recursos do convênio de saída;

- q) registrar, no Sigcon -MG-Módulo Saída, e em outros sistemas a ele integrados, todos os atos realizados para execução do convênio, em até 30 dias contados da realização do ato, anexando documentação comprobatória, inclusive aquela relacionada à comprovação das despesas, e prestar informações sobre a execução sempre que solicitado pelo CONCEDENTE ou órgãos fiscalizadores;
- r) emitir no Sigcon-MG Módulo saída os Relatórios de Atividades, em conformidade com a periodicidade definida na Cláusula 9ª Subcláusula 10ª, contendo todas as atividades realizadas pelo conveniente durante o período de referência do monitoramento;
- s) sujeitar-se, no caso da não inserção no Sigcon-MG Módulo Saída da documentação comprobatória de despesas efetuadas à conta dos recursos deste Convênio em até 30 dias contados de sua realização, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados no art. 77 do Decreto nº 48.745/2023;
- t) identificar eventuais necessidades de alteração do CONVÊNIO DE SAÍDA e apresentá-las previamente ao(à) CONCEDENTE, observada a Cláusula Décima;
- u) informar, ao CONCEDENTE, eventuais alterações dos membros da equipe de contato do CONVENIENTE, da equipe executora do CONVÊNIO DE SAÍDA, observado o procedimento disposto no parágrafo único do art. 83 do Decreto nº 48.745/2023;
- v) facilitar o acesso de servidores ou parceiros do(a) CONCEDENTE, quando em missão de atividades de fiscalização ou auditoria, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com a execução do CONVÊNIO DE SAÍDA;
- w) divulgar o convênio para a comunidade beneficiada, inserindo, por meio de placas, adesivos ou pintura, o nome e logomarca oficial do Governo de Minas Gerais nas peças de divulgação institucional e na identificação da reforma ou obra, evento ou bem permanente objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, de acordo com o padrão do Manual de Identidade Visual, disponível no site eletrônico da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV – www.governo.mg.gov.br;
- x) divulgar o CONVÊNIO DE SAÍDA em site eletrônico próprio e em quadros de avisos de amplo acesso público, observada as determinações da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012;
- y) Incluir em qualquer peça de divulgação e identificação de bem adquirido, produzido, transformado ou construído em razão da execução do convênio de saída ou serviço produzido o QR Code disponibilizado pelo Sigcon-MG Módulo Saída;

z) não permitir que constem, em nenhum dos bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, bem como veiculação de publicidade ou propaganda, cumprindo assim o que determina o § 1º do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e o art. 37 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

aa) manter sigilo acerca das informações que tenha acesso em virtude do presente CONVÊNIO DE SAÍDA, ainda que após o término da vigência, salvo quando expressamente autorizado pelo(a) CONCEDENTE ou em virtude de legislação específica;

bb) responsabilizar-se pelo recolhimento aos órgãos competentes de todos os impostos, taxas, encargos, tributos sociais, trabalhistas e previdenciários, e comprová-lo na prestação de contas, eximindo o(a) CONCEDENTE da responsabilidade solidária, bem como da responsabilidade técnica, civil e criminal decorrentes da execução de obras e serviços;

cc) responder, diretamente, por qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária intentada contra o(a) CONCEDENTE oriunda de qualquer membro da equipe do(a) CONVENENTE;

dd) assumir exclusivamente a responsabilidade técnica e civil pela reforma ou obra relativa ao objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA;

ee) observar, durante a elaboração dos projetos e da execução da reforma ou obra, a Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e a Lei Estadual nº 15.426, de 3 de janeiro de 2005;

ff) quando o(a) CONVENENTE apresentar, na celebração deste instrumento, documentos de situação possessória definidos no regulamento de que trata o art. 115 do Decreto nº 48.745/2023, regularizar a documentação do imóvel até o final da vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA, com a apresentação da Certidão de Ônus Real do Imóvel, a ser obtida junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, sob pena de devolução integral dos recursos repassados pelo(a) CONCEDENTE, corrigidos monetariamente, nos termos do art. 101 do Decreto nº 48.745/2023;

gg) se o objeto consistir em reforma ou obra habitacional ou de urbanização de interesse público ou social, promover a regularização jurídica em favor das famílias beneficiadas;

hh) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos deste CONVÊNIO em conformidade com o objeto pactuado;

- ii) conservar os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA e responsabilizar-se pela sua guarda, manutenção, conservação e bom funcionamento, obrigando-se a informar ao(à) CONCEDENTE, a qualquer época e sempre que solicitado, a localização e as atividades para as quais estão sendo utilizados;
- jj) não transferir o domínio do bem permanente, imóvel ou móvel, adquirido, produzido, transformado ou construído com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA até a aprovação da prestação de contas final e observar, após a aprovação com ou sem ressalvas, a Cláusula 16ª;
- kk) prestar contas, parcial, quando exigida, e final, dos recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, inclusive da contrapartida, nos moldes e prazos previstos na Cláusula 13ª, observada documentação específica para o tipo de objeto do presente instrumento;
- ll) devolver ao Tesouro Estadual, na proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida, os saldos em conta corrente e de aplicação financeira, por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE, até 30 (trinta) dias após o término da vigência;
- mm) restituir ao Tesouro Estadual eventual dano ao erário apurado pelo concedente conforme a Cláusula 15ª;
- nn) não subconveniar ou descentralizar os recursos para organizações da sociedade civil no todo ou em parte;
- oo) incluir os recursos financeiros recebidos do(a) CONCEDENTE no orçamento municipal, classificando-os na dotação orçamentária específica, de acordo com o objeto do presente CONVÊNIO DE SAÍDA;
- pp) promover o competente processo licitatório ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para contratação de execução de reforma ou obra, serviço ou aquisição de bens objeto do presente instrumento, conforme determina a Lei Federal nº14.133/2021 em tempo hábil, observada a vigência do convênio;
- qq) cumprir as normas estabelecidas nas Instruções Normativas nº 09/2003 e nº 06/2013 do TCEMG, mantendo toda a documentação devidamente ordenada e atualizada;

CLÁUSULA 5ª – DO VALOR TOTAL

Para a execução do objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA serão alocados recursos no valor total de R\$ 1.749.999,95 (um milhão e setecentos e quarenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), de acordo com o cronograma de desembolso constante

no Plano de Trabalho, assim discriminado:

a) R\$ 1.749.999,95 (hum milhão e setecentos e quarenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos) a título de repasse do Tesouro do Estado a ser realizado pelo(a) CONCEDENTE;

CLÁUSULA 6ª DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros a serem repassados pelo CONCEDENTE correrão à conta da dotação orçamentária nº 1261 12 361 172 4545 0001 4 4 40 42 01 0 10 1 (R\$ 1.749.999,95), consignada no Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o presente exercício.

Subcláusula Única: Os recursos para atender a despesa de exercícios futuros estão previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.

CLÁUSULA 7ª DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos a serem repassados pelos partícipes, inclusive os relativos à contrapartida financeira, serão depositados, integralmente, na conta bancária vinculada ao CONVÊNIO DE SAÍDA, a ser aberta em instituição financeira oficial pelo Poder Executivo Estadual, em nome do CONVENENTE, em 1 (uma) única parcela, ou em quantas parcelas estiverem previstas no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

Subcláusula 1ª: O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste CONVÊNIO DE SAÍDA não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula 2ª: A liberação de recursos pelo(a) CONCEDENTE ocorrerá mediante a observação do Cronograma de Desembolso e da legislação eleitoral, bem como mediante a verificação da efetiva disponibilidade financeira e da adimplência e regularidade do(a) CONVENENTE, conforme art. 56 do Decreto nº 48.745/2023.

Subcláusula 3ª: Verificada a ocorrência das seguintes impropriedades, as parcelas ficarão retidas até a constatação do saneamento, exceto na hipótese de o objeto do convênio configurar um serviço essencial, nos termos do §1º do art. 56 do Decreto nº 48.745/2023;

a) quando não houver demonstração do cumprimento proporcional da contrapartida pactuada;

- b) quando a análise do Relatório de Atividades concluir pela não demonstração da execução das metas previstas para o período, injustificadamente;
- c) quando não for finalizada a apresentação da prestação de contas parcial no prazo previsto no instrumento;
- d) quando houver evidências de irregularidade não sanada na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- e) quando constatado o não cumprimento pelo conveniente das obrigações estabelecidas no instrumento;
- f) quando o conveniente deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo órgão concedente, bem como pelos órgãos de controle interno ou externo;
- g) quando não for comprovada a inserção de placa, com fins de divulgação, em obra executada no âmbito do convênio de saída, após a celebração do instrumento, conforme subitem "z", do item II, da Cláusula 3ª.

CLÁUSULA 8ª – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas neste instrumento e no Plano de Trabalho, devendo a movimentação financeira ser realizada conforme subitem "m", item II, da Cláusula 4ª.

Subcláusula 1ª: Na utilização dos recursos é vedado ao CONVENIENTE, sob pena de glosa de despesas e reprovação da prestação de contas:

- a) Utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- b) Realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste instrumento;
- c) Realizar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento, salvo quando o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a sua vigência, incluindo o fornecimento do bem ou a prestação do serviço, mediante justificativa do conveniente e aprovação do concedente;
- d) Realizar despesas à título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;

e) Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora do prazo, exceto no que se refere às multas decorrentes exclusivamente de atrasos da Administração Pública do Poder Executivo Estadual na liberação de recursos financeiros, quando essas despesas forem previamente autorizadas pelo ordenador de despesa do órgão concedente, ou quando previstas em legislação específica;

f) Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, diretamente vinculada ao objeto do convênio, prevista claramente no plano de trabalho, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

g) Realizar pagamento a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Pública direta ou indireta dos entes federados, ressalvada a hipótese prevista no art. 54, V, do Decreto nº 48.745/2023, e aquelas previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

h) Realizar pagamento à requisição e a utilização, pelo conveniente ou empresa contratada, de Cadastro Específico do Instituto Nacional de Seguridade Social – CEI – vinculado ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ – utilizado por órgãos ou entidades do Estado de Minas Gerais.

Subcláusula 2ª: Os recursos deste CONVÊNIO, enquanto não utilizados, devem ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula 3ª: Na hipótese de utilização de recursos estaduais relativos ao convênio, é vedado ao CONVENIENTE contratar fornecedor ou prestador de serviço que esteja inadimplente com o Estado de Minas Gerais, se responsabilizando por consultar, antes de solicitar a entrega do bem ou a prestação do serviço, a situação do fornecedor ou prestador de serviço selecionado no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (Cadin-MG), no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Poder Executivo Estadual (Cafimp) e perante a Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 65 do Decreto nº 48.745/2023, devendo registrar no Sigcon-MG Módulo Saída o comprovante da consulta.

Subcláusula 4ª: O pagamento de tributos, obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste CONVÊNIO é responsabilidade exclusiva do CONVENIENTE, que deverá comprová-lo na prestação de contas, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública do Poder Executivo Estadual a

inadimplência do CONVENENTE em relação ao referido pagamento, ônus incidentes sobre o objeto deste convênio ou danos decorrentes de restrição à sua execução.

Subcláusula 5ª: Os rendimentos decorrentes da aplicação serão obrigatoriamente computados a crédito do CONVÊNIO DE SAÍDA, podendo ser aplicados no objeto deste instrumento, dispensada a formalização de aditamento, quando a utilização não implicar em ampliação ou reprogramação do objeto, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula 6ª Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão registrados no Sigcon-MG Módulo Saída e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste último procedimento nos seguintes casos, em que poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, devendo ser registrado no Sigcon-MG Módulo Saída o beneficiário final da despesa:

I – na reserva de recursos para pagamento de direitos trabalhistas, encargos sociais e verbas rescisórias quando for previsto a remuneração da equipe da entidade privada sem fins lucrativos dimensionada no plano de trabalho;

II – na reserva de recursos para o pagamento de custos indiretos quando for previsto no plano de trabalho esse tipo de despesa da entidade privada sem fins lucrativos CONVENENTE ou da Fundação de Apoio INTERVENIENTE;

III – em situações excepcionais, no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida PACTUADA, desde que com autorização do ordenador de despesas do CONCEDENTE e mediante apresentação dos documentos listados no §3º do art. 69 do Decreto nº 48.745/2023.

Subcláusula 7ª: O (A) CONVENENTE registrará, no Sigcon-MG Módulo Saída, e em outros sistemas a ele integrados, os atos relacionados à execução do convênio, em até 30 dias contados da realização do ato, anexando documentação comprobatória, inclusive aquela relacionada à comprovação das despesas, conforme previsto no §1º do art. 50 do Decreto nº 48.745/2023 de forma a viabilizar o monitoramento e a fiscalização da execução pelo CONCEDENTE.

Subcláusula 8ª A comprovação das despesas realizadas na execução do convênio de que trata a Subcláusula 7ª desta Cláusula será feita a partir de notas ou comprovantes fiscais, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ do conveniente, do convênio de saída, do CNPJ ou

CPF do fornecedor ou prestador de serviço e com a identificação do concedente, para fins de comprovação das despesas.

Subcláusula 9ª: O CONCEDENTE poderá autorizar que a empresa contratada pelo CONVENIENTE insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no Sigcon-MG Módulo Saída.

Subcláusula 10ª: O (A) CONVENIENTE emitirá, no Sigcon-MG-Módulo Saída, o Relatório de Atividades, observando o previsto no art. 74 do Decreto nº48.745/2023, descrevendo todas as atividades realizadas e eventuais justificativas para metas previstas não cumpridas, a cada 06(seis) meses, contados desde o início da vigência do instrumento, em até quarenta e cinco dias após concluído o período a ser monitorado.

CLÁUSULA 9ª – DAS ALTERAÇÕES

O presente instrumento e seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, mediante proposta de alteração de qualquer uma das partes e celebração de termo aditivo, observados os requisitos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Capítulo VI do Decreto nº 48.745/2023, sendo vedada a alteração que resulte na modificação do núcleo da finalidade do CONVÊNIO DE SAÍDA.

Subcláusula 1ª: A proposta do CONVENIENTE de alteração deste CONVÊNIO DE SAÍDA, devidamente formalizada e justificada, deverá ser registrada no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais – SIGCON-MG – Módulo Saída com antecedência mínima de **90 (noventa)** dias do término da vigência, levando-se em conta o tempo necessário para análises e decisão do(a) CONCEDENTE.

Subcláusula 2ª: O(A) CONCEDENTE prorrogará de ofício a vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA, mediante justificativa formalizada no SIGCON-MG – Módulo Saída, nos casos de atraso na liberação de recursos ocasionado pelo concedente, limitada a prorrogação ao exato período verificado ou previsão estimada de atraso da liberação dos recursos.

Subcláusula 3ª: É permitida a realização de até dois aditamentos que impliquem em reprogramação, redução ou ampliação do objeto, não sendo aplicável esse limite aos convênios de saída envolvendo serviços essenciais durante situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecido pelo Estado de Minas Gerais, e aos convênios de saída de natureza continuada.

Subcláusula 4ª: A alteração do convênio de saída relacionada exclusivamente à dotação orçamentária, aos membros da equipe executora, à conta bancária específica, à duração das etapas, à adequação do demonstrativo de recursos, à alteração do servidor ou da equipe

responsável pelo monitoramento e pela fiscalização do convênio de saída, à alteração do cronograma de desembolso e à atualização de dados dos partícipes, e que não acarretar a modificação do objeto, do núcleo da finalidade, da data de término da vigência e do valor - salvo pela ocasião de uso de rendimentos - é dispensada de formalização do termo aditivo, sendo necessário o registro da proposta de alteração no SIGCON-MG – Módulo Saída, prévio parecer da área técnica e aprovação do concedente e a posterior apostila no último termo aditivo, conforme o art. 83 do Decreto nº 48.745/2023.

CLÁUSULA 10ª – DO MONITORAMENTO

O CONCEDENTE promoverá o monitoramento da execução do objeto deste convênio de saída, nos termos dos arts. 70 e 71 do Decreto nº 48.745/2023, e analisará os registros de execução, documentos e relatórios de atividades produzidos pelo conveniente, em regra, por seleção amostral, sendo, contudo, permitido ao órgão concedente estabelecer que todos os registros, relatórios e documentos recebidos deverão ser analisados.

Subcláusula 1ª: Os registros de execução e relatórios de atividades e demais documentos produzidos pelo conveniente serão obrigatoriamente analisados pelo órgão concedente nas hipóteses de indício de descumprimento injustificado do alcance das metas do convênio de saída, recebimento de denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto e no caso de convênio de natureza continuada.

Subcláusula 2ª: A análise dos registros de execução e relatórios de atividades realizadas deverá contemplar:

- I) A verificação da regularidade das informações registradas pelo CONVENIENTE no Sigcon-MG Módulo Saída;
- II) O cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado;
- III) as liberações de recursos do Estado e os aportes de contrapartida, conforme cronograma pactuado.

Subcláusula 3ª: Para o monitoramento deste convênio de saída o representante legal do órgão concedente realizará a designação de servidor ou equipe habilitada a monitorar a execução do convênio de saída em tempo hábil e de modo eficaz, observado artigo 70 do Decreto nº 48.745/2023.

Subcláusula 4ª: Os agentes responsáveis pelo monitoramento designados nos termos do art. 70 do Decreto nº 48.745/2023, deverão registrar no Sigcon-MG Módulo Saída eventuais ocorrências, notificações, a análise feita dos registros de execução e relatórios de atividades.

Subcláusula 5ª: Durante a vigência do convênio de saída, a conformidade financeira da execução do objeto pactuado em relação ao previsto no plano de trabalho e no projeto básico deverá ser analisada pelo órgão concedente quando, a partir das atividades de monitoramento, ou pelo recebimento de denúncias, for verificado o descumprimento injustificado das metas físicas ou indício de aplicação irregular dos recursos transferidos.

Subcláusula 6ª: No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

IV - programar visitas técnica in loco ao local da execução, quando identificada a necessidade.

Subcláusula 7ª: Se verificadas, a qualquer tempo, a omissão no dever de registro no Sigcon-MG dos atos relativos à execução, o inadimplemento da obrigação de emissão do Relatório de Atividades na periodicidade estabelecida na Cláusula 9ª deste instrumento, ou ocorrência de impropriedades na execução deste CONVÊNIO DE SAÍDA, o CONCEDENTE notificará o CONVENIENTE, fixando o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para o saneamento ou apresentação de justificativas, sob pena da rescisão deste instrumento.

Subcláusula 8ª: Caso as justificativas não sejam acatadas, o CONCEDENTE abrirá prazo de 30 (trinta) dias para o CONVENIENTE regularizar a pendência e, havendo dano ao erário, adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

Subcláusula 9ª: As comunicações decorrentes das atividades de monitoramento e fiscalização serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico, devendo a notificação ser registrada no Sigcon-MG Módulo Saída,

Subcláusula 10ª: No caso de paralisação, o CONCEDENTE poderá assumir ou transferir a responsabilidade sobre a execução deste CONVÊNIO DE SAÍDA para evitar a descontinuidade de seu objeto.

CLÁUSULA 11ª – DA FISCALIZAÇÃO

O CONCEDENTE, a partir de servidor ou equipe designada, exercerá a atribuição de fiscalização da execução deste convênio de saída, nos termos do art. 72 do Decreto nº 48.745/2023, com a finalidade de verificar, na execução do instrumento, considerando o plano de trabalho, o cumprimento das obrigações previstas no termo de convênio e da legislação aplicável, com vistas à garantia da regular consecução do objeto e alcance da finalidade pactuada.

Subcláusula 1ª: A designação de agente ou equipe responsável pela fiscalização será feita pelo responsável legal do órgão concedente, nos termos do art. 70 do Decreto nº 48.745/2023.

Subcláusula 2ª: O agente ou equipe responsável pela fiscalização registrará todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto aferidas a partir da fiscalização no Sigcon-MG Módulo saída, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

Subcláusula 3ª: O agente responsável pela fiscalização, sempre que possível, deverá realizar visita técnica in loco nos locais de execução do objeto do convênio de saída, durante a vigência ou após o seu término, para subsidiar a fiscalização do convênio de saída, especialmente nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto.

Subcláusula 4ª: Os agentes da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, do controle interno e externo e de terceiros incumbidos do apoio técnico para monitoramento e a fiscalização terão acesso livre aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este CONVÊNIO DE SAÍDA, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

Subcláusula 5ª: Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Estadual, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos estaduais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA 12ª – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter documentos, informações e demonstrativos, que possibilitem o(a) concedente verificar a regularidade da gestão dos recursos públicos durante a execução do convênio de saída, de acordo com as regras previstas no Capítulo VII do Decreto nº 48.745/2023.

Subcláusula 1ª: O(A) CONVENIENTE encaminhará no Sigcon-MG Módulo Saída a prestação de contas:

- a) PARCIAL: quando a liberação dos recursos ocorrer em 2 (duas) ou mais parcelas, nos termos do § 2º do art. 91 do Decreto nº 48.745/2023;
- b) FINAL: até 90 (noventa) dias após o término da vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA, em conformidade com o disposto no § 4º do art. 91 do Decreto nº 48.745/2023, atendendo às instruções do(a) CONCEDENTE.

Subcláusula 2ª: O (A) CONVENIENTE deverá encaminhar a prestação de contas parcial no Sigcon-MG Módulo Saída até 30 dias antes da data prevista no cronograma de desembolso do plano de trabalho para o repasse subsequente.

Subcláusula 3ª: As prestações de contas serão constituídas pela documentação listada nos arts. 93 e 94 do Decreto nº 48.745/2023.

Subcláusula 4ª: Não serão aceitos documentos ilegíveis, com rasuras ou com prazo de validade vencido.

Subcláusula 5ª: Finalizada a análise da prestação de contas, o CONCEDENTE deverá registrar no Sigcon-MG Módulo Saída:

- I. Parecer Técnico: para avaliação do cumprimento do objeto, nos termos do art. 97, I, do Decreto nº 48.745/2023;
- II. Parecer Financeiro: para avaliação da correta aplicação dos recursos, nos termos do art. 97, II, do Decreto nº 48.745/2023.

Subcláusula 6ª: As despesas serão comprovadas mediante documentos registrados pelo CONVENIENTE no Sigcon-MG Módulo saída, nos termos da Cláusula 9ª, em formato nato-digital ou digitalizado.

Subcláusula 7ª: Cabe ao(à) CONCEDENTE e, se extinto, a seu sucessor, promover a conferência da documentação apresentada, adotar as medidas administrativas internas, notificar o(a) CONVENIENTE para saneamento das irregularidades e eventual devolução de recursos e emitir pareceres técnico e financeiro, aprovando, com ou sem ressalvas, ou reprovando a prestação de contas, bem como promover o arquivamento dos processos, que ficarão à disposição dos órgãos fiscalizadores.

Subcláusula 8ª: Constatadas quaisquer irregularidades após a análise da prestação de contas final, o(a) CONCEDENTE notificará o(a) CONVENIENTE, fixando o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data do recebimento da notificação, para saneamento das irregularidades ou devolução dos recursos, atualizados nos termos do art. 101, do Decreto nº 48.745/2023.

Subcláusula 9ª: As irregularidades constatadas na análise de prestação de contas de que trata a Subcláusula 7ª serão notificadas ao CONVENIENTE, preferencialmente, por meio eletrônico, devendo também ser registrada no Sigcon-MG Módulo Saída a comunicação feita.

Subcláusula 10ª: O (a) concedente deverá instaurar o Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual não Tributário decorrente de dano ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias – PACE – Parcerias, nos termos do Decreto nº 46.830, de 2015, se verificada a omissão do conveniente no dever de prestação de contas ou se da análise da prestação de contas final deste convênio de saída, identificar a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte dano ao erário.

Subcláusula 11ª: O (A) concedente deverá efetuar o registro da inadimplência do conveniente no SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA – Siafi-MG:, nas seguintes hipóteses:

I - Reprovação da prestação de contas final do convênio de saída, independente da causa, quando o conveniente for entidade privada sem fins lucrativos;

II- Reprovação da prestação de contas final em decorrência da omissão no dever de prestar contas, quando o conveniente for ente federado ou pessoa jurídica a ele vinculado;

III- Reprovação da prestação de contas quando o conveniente for ente federado ou pessoa jurídica a ele vinculado, que não tenha como causa a omissão, após o julgamento pelo Tribunal de Contas competente da Tomada de Contas Especial, ou procedimento análogo.

Subcláusula 12ª: Além das providências previstas nas SUBCLÁUSULAS 10ª e 11ª, na hipótese de não encaminhamento da prestação de contas final no prazo determinado ou de reprovação da prestação de contas, em sede de Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual não Tributário decorrente de dano ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias – PACE – Parcerias – observados o Decreto Estadual nº 46.830/2015, o CONCEDENTE deverá:

a) inscrever o responsável pela causa da não aprovação da prestação de contas ou por sua omissão em conta de controle “Diversos Responsáveis em Apuração” no valor correspondente ao dano;

- b) baixar o registro contábil da parceria; e
- c) encaminhar os autos à autoridade administrativa competente para instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA 13ª – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Os partícipes poderão, a qualquer tempo, denunciar ou rescindir este CONVÊNIO DE SAÍDA, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexequível.

Subcláusula 1ª: Constitui motivo para rescisão unilateral a critério do CONCEDENTE, observado o art. 109 do Decreto nº 48.745/2023, as seguintes situações:

- a) a constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção insanável de informação em documento apresentado ao CAGEC ou na celebração do CONVÊNIO DE SAÍDA;
- b) a inadimplência pelo CONVENIENTE de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) o não cumprimento das metas fixadas ou a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, sem prévia autorização do CONCEDENTE, ainda que em caráter de emergência;
- d) a aplicação financeira dos recursos em desacordo com o disposto na Subcláusula 2ª da Cláusula 9ª;
- e) a utilização dos bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA em finalidade distinta ou para uso pessoal a qualquer título;
- f) a falta de apresentação de contas, nos prazos estabelecidos, ou a não aprovação da prestação de contas parcial;
- g) a verificação de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificado pelo CONCEDENTE; e
- h) a não resolução de eventual condição suspensiva no prazo definido na Cláusula 17ª.

Subcláusula 2ª: Em qualquer das hipóteses de denúncia ou rescisão, ficam os partícipes vinculados às responsabilidades, inclusive de prestar contas, relativas ao prazo em que tenham participado do CONVÊNIO DE SAÍDA, nos termos da Cláusula 13ª.

CLÁUSULA 14ª – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

O CONVENENTE deverá restituir ao Tesouro Estadual saldos financeiros remanescentes verificados quando da ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste CONVÊNIO DE SAÍDA, bem como eventual dano ao erário apurado pelo CONCEDENTE, sob pena de reprovação o das contas e instauração de Processo Administrativo de Constituição de Crédito Estadual não Tributário decorrente de dano ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias – PACE- Parcerias.

Subcláusula 1ª: Os saldos em conta corrente e de aplicação financeira remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos pelo CONVENENTE na proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida, por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE) até 30 (trinta) dias após o término da vigência, conforme art. 93, inciso VII, do Decreto nº 48.745/2023;

Subcláusula 2ª : No caso de denúncia e rescisão, a devolução dos saldos em conta corrente e de aplicação financeira remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas de aplicação financeira realizadas, deverão ser devolvidas aos partícipes, observando-se a proporcionalidade dos recursos, em até 30 (trinta) dias após a denúncia ou rescisão, independente da data em que foram aportados pelas partes, observado os §§ 2º e 3º do art. 110 do Decreto nº 48.745/2023.

Subcláusula 3ª: Na hipótese de o CONCEDENTE verificar indício de dano ao erário na execução deste CONVÊNIO DE SAÍDA, o CONVENENTE deverá restituir ao Tesouro Estadual o valor correspondente, nos termos do art. 101 do Decreto Estadual n Decreto nº 48.745/202.

CLÁUSULA 15ª – DA PROPRIEDADE DOS BENS E DO DIREITO AUTORAL

Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do convênio destinam-se ao uso exclusivo do CONVENENTE, para atendimento à comunidade e pessoas beneficiadas, sendo vedada a sua utilização para uso pessoal a qualquer título.

Subcláusula 1ª: Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do convênio incorporam-se automaticamente ao patrimônio do CONVENENTE após a aprovação da prestação de contas final.

Subcláusula 2ª: Sendo o CONVENENTE Administração Pública Municipal ou Entidade Pública, os bens adquiridos deverão ser incluídos em sua carga patrimonial, com identificação patrimonial

dos bens permanentes.

Subcláusula 3ª: É vedado ao CONVENENTE transferir o domínio do bem imóvel ou móvel permanente adquirido, produzido, transformado ou construído com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA até a aprovação da prestação de contas final.

Subcláusula 4ª: A transferência do domínio do bem após a aprovação da prestação de contas final depende da manutenção de sua aplicação em prol de interesse público, de formalização de instrumento jurídico próprio pelo CONVENENTE e de observância da legislação que rege a matéria.

Subcláusula 5ª: Após a aprovação da prestação de contas final, na hipótese de o bem não ter mais valor contábil, o CONCEDENTE poderá aprovar a sua alienação, devendo os eventuais recursos arrecadados pelo CONVENENTE com esse procedimento serem utilizados, no caso de ente federado ou pessoa jurídica a ele vinculado, em prol de interesse público, e no caso de conveniente entidade privada sem fins lucrativos, em suas finalidades estatutárias.

Subcláusula 6ª: Verificado o uso pessoal, ou o descumprimento do previsto nas subcláusulas 4ª e 5ªs desta cláusula, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do convênio deverão ser revertidos ao patrimônio do(a) CONCEDENTE, ou, na impossibilidade da devolução desses, o valor equivalente.

Subcláusula 7ª: O Estado de Minas Gerais será considerado coautor do programa, projeto ou atividade objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, para fins de definição dos direitos autorais, de imagem e da propriedade, inclusive intelectual, dos dados gerados e dos produtos desenvolvidos na execução do convênio.

CLÁUSULA 16ª – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

O CONVÊNIO DE SAÍDA com Plano de Trabalho aprovado com ressalva técnica e/ou jurídica terá sua eficácia suspensa até que o(a) CONVENENTE apresente a documentação técnica e/ou jurídica relacionada nos pareceres respectivos.

Subcláusula 1ª: A eficácia do CONVÊNIO DE SAÍDA, inclusive a liberação de recursos, somente ocorrerá após a resolução das pendências pelo(a) CONVENENTE, que deverá ser atestada pelas áreas técnica e jurídica do(a) CONCEDENTE.

Subcláusula 2ª: O(A) CONCEDENTE, após certificar o cumprimento das ressalvas técnica e/ou jurídica, inicialmente apontadas, emitirá ofício comunicando o(a) CONVENENTE sobre o término da condição suspensiva, liberando o repasse de recursos.

Subcláusula 3ª: A resolução da condição suspensiva deverá ocorrer no prazo máximo de 120 dias, contados a partir da publicação do CONVÊNIO DE SAÍDA, sob pena de rescisão, cabendo ao(à) CONCEDENTE acompanhar o cumprimento deste prazo.

Subcláusula 4ª: O CONVENIENTE, desde já e por este instrumento, reconhece que o não cumprimento das exigências relativas à análise técnica e/ou jurídica implicará, caso não seja equacionada, na rescisão unilateral de pleno direito do presente instrumento no interesse do(a) CONCEDENTE.

CLÁUSULA 17ª – DA PUBLICAÇÃO

Para eficácia deste instrumento, o CONCEDENTE providenciará a publicação do seu extrato no Órgão Oficial Minas Gerais, em consonância com as normas estatuídas no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e no art. 44 Decreto nº 48.745/2023.

CLÁUSULA 18ª – DO FORO

Para dirimir qualquer questão decorrente deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte – MG, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Subcláusula Única: Sendo o CONVENIENTE Administração Pública Municipal, as causas e conflitos serão processados e julgados originariamente pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos da subitem “j”, do inciso I, do art. 106 da Constituição Estadual.

E, por estarem assim justas e avençadas, as PARTES assinam, eletronicamente, o presente instrumento, aceitando e reconhecendo como válida as assinaturas digitais.

INÁCIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR
Superintendente Regional de Ensino de Passos
pela Secretaria de Estado de Educação

LAERCIO DOS REIS GOMES
Prefeito
Pelo Município de Formiga

01 de Dezembro de 2025



Documento assinado com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017:

- Eletronicamente por **INACIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR**, xxx.958.396-xx, como Responsável Legal Concedente ou Adm Público Oeep em 02/12/2025 15:15:42.
- Eletronicamente por **LAERCIO DOS REIS GOMES**, xxx.371.396-xx, como Responsável Legal em 02/12/2025 09:41:45.

A autenticidade deste documento pode ser conferida clicando nesse
<https://www.convenios.mg.gov.br/sigconv2/autenticidade?cid=624070&ca=1888217746>, informando o código
verificador **624070** e o código CRC **1888217746**



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: Município de Formiga

Setor Requisitante: Setor de Projetos Estruturais da Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Responsável pela Demanda: Iago Dias Lopes

E-mail: projetos.semee@gmail.com

Telefone: (37) 99830-0352

1 – Objeto.

Constitui o objeto do presente documento, a contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.

ITEM	Descrição	Un.	Estimativa total
01	Contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.	SV	1

2 – Justificativa da necessidade do objeto.

A execução da obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite é de extrema importância, se caracteriza como medida essencial para garantir o bem-estar, a segurança física e o pleno desenvolvimento das crianças atendidas. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu artigo 4º, é dever do poder



público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à dignidade e à educação. Dessa forma, oferecer um ambiente seguro e adequado é requisito legal e socialmente indispensável.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, prevê que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com prioridade absoluta, o direito à proteção e ao desenvolvimento, em condições dignas de existência. Portanto, a estrutura física da Escola Municipal deve estar em conformidade com a promoção de ambientes pedagógicos saudáveis, que proporcionem experiências significativas e seguras, estimulando a exploração, a criatividade e a socialização. Um espaço deteriorado ou inadequado pode comprometer tanto a integridade física quanto o processo de aprendizagem, ferindo o princípio da proteção integral.

Justifica-se ainda a contratação destes serviços pelo fato da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e a Secretaria Municipal de Obras e Trânsito não possuírem servidores qualificados para a execução dos serviços.

3 – Resultados e benefícios esperados e grau de prioridade da contratação.

Um dos grandes resultados esperados é proporcionar para as crianças e usuários da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, melhoras no desenvolvimento social e educacional do município, assegurando às crianças condições dignas para seu crescimento, aprendizado e fortalecimento do vínculo escola-comunidade, demonstrando compromisso público com os alunos dos anos iniciais, contribuindo positivamente com a comunidade local que circundam o prédio.

Desse modo, considera-se como alta o grau de prioridade da contratação pretendida, pois ela contribuirá a promoção e qualidade de vida das crianças e de todos seus usuários.

4 – Requisitos necessários para a contratação.

A empresa contratada deverá:

- Arcar com todos os custos para a execução dos serviços contratados e se a mesma não for situada no Município de Formiga deverá arcar também com o custo de deslocamento;
- Arcar com o material específico necessário para a execução do objeto.
- Executar o serviço em conformidade com a descrição técnica dos projetos, planilhas e memoriais.
- Apresentar Certidão de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa e do (s)



seu (s) Responsável (eis) Técnico (s) detentor (es) do (s) atestado (s).

- Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) conforme solicitado no Termo de Referência.

5- Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

Na execução dos serviços iniciais haverá a necessidade de realizar a demolição de pisos, argamassas de paredes, remoção de telhas em cerâmica e remoção de cercas e mourões, gerando assim resíduos. A **Resolução CONAMA nº 307/2002** define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida, caracterizada como uma obra de engenharia, implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil de modo que deverá a futura Contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais

Diante disso, na execução dos serviços caberá a Contratada a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução dos serviços.

Outro possível impacto é a geração de ruídos, ocasionado pelo funcionamento dos equipamentos utilizados na execução de parte da obra. Trata-se de um impacto de curta duração. A realização de manutenções no mesmo pode reduzir bastante a ocorrência de ruídos.

6 – Modalidade e fundamentação legal.

A contratação se dará através da modalidade concorrência em sua forma eletrônica conforme **art. 2º, II e art. 6º, XXXVIII da lei 14.133/21**, tendo em vista que a demanda em questão se trata da execução de uma obra comum cujo critério de julgamento será o de menor preço, o regime de empreitada por preço Global.

7 – Justificativa para o parcelamento (ou não da solução).



Por se tratar de obra de reforma de edificação única, é inviável o parcelamento do objeto para mais de uma empresa uma vez que, a execução dos serviços por uma única contratada visa também garantir a segurança da construção e a possibilidade de cobrança de garantia dos serviços executados, mediante a responsabilização da contratada por possíveis falhas identificadas durante e após a entrega da obra, dessa forma, a contratada não poderá atribuir a outrem a responsabilidade por eventuais falhas em qualquer etapa do serviço.

8 – Qualificações técnica.

Certidão de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa e do (s) seu (s) Responsável (eis) Técnico (s) detentor (es) do (s) atestado (s).

Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome de profissional, pertencente ao quadro da licitante (exigência justificada conforme **artigo 48 da Resolução CONFEA**: “a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto de acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro-técnico”, acompanhado de sua respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT (exigência justificada conforme artigo 64, parágrafo 2º da Resolução CONFEA: “a CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA ou CAU.”), comprovando execução compatíveis em quantidade, e características semelhantes, relativos às parcelas de maior relevância do objeto da licitação, sendo ele (s):”

- Execução de estruturas em madeira: o atestado deverá comprovar a execução do serviço;
- Execução de telhamento em cerâmica: o atestado deverá comprovar a execução do serviço;
- Execução de revestimento em cerâmica: o atestado deverá comprovar a execução do serviço;
- Execução de estrutura em concreto armado e alvenaria: o atestado deverá comprovar a execução do serviço;

A documentação solicitada é autorizada pelo **Artigo 67, incisos I, II e III da Lei nº 14.133/2021** e objetiva certificar a habilitação e aptidão para a realização dos serviços ora contratados, amparando o CONTRATANTE na execução dos serviços nos quesitos de segurança e qualidade, uma vez que se trata de serviços técnicos especializados.

RF

max



A apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), com vinculação do atestado que comprova a realização dos serviços, demonstra que os serviços são expedidos em nome do profissional responsável técnico.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

A contratada disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Deverá ser apresentada a relação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos

9 – Data pretendida para conclusão da contratação.

O início da execução dos trabalhos deverá se dar no primeiro semestre de 2026 no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da ordem de serviço, o prazo de execução da obra é de 04 (quatro) meses e a vigência da contratação será de 05 (cinco) meses. A data pretendida para conclusão da obra será no primeiro semestre de 2026.

10 – Dotação Orçamentária.

As despesas decorrentes desta aquisição/contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

* CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE ✓

*12.01.12.361.0021.1.430-4.4.90.51 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DA REDE FÍSICA ESCOLAR.

11 – Indicações dos membros responsáveis pelo planejamento, mapa de riscos, acompanhamento da contratação e gestão do processo.

O servidor Iago Dias Lopes, ficará responsável pela fase de planejamento e elaboração do mapa de riscos e, a fiscalização da obra caberá ao servidor Fernando Rodrigo de Oliveira, Engenheiro Civil. Quanto à gestão do processo caberá ao Secretária Municipal de Educação e Esportes, Maria Lucia de Oliveira Andrade.

RJL

MLA



12 – Indicação de vinculação ou dependência com outro objeto.

A contratação proposta não está vinculada a outros itens.

13 – Memória de cálculo.

A Memória de cálculo será apresentada em anexo, por se tratar de um documento muito específico e grande.

Submetemos à apreciação da autoridade ordenadora da despesa para os fins de direito.

Formiga - MG, 21 de agosto de 2025.

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Autorizado por:

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Secretária Municipal de Educação e Esportes

Il

Elaborado por:

Iago Dias Lopes

Coordenador do Setor de Projetos Estruturais

RZ

Fiscal da obra:

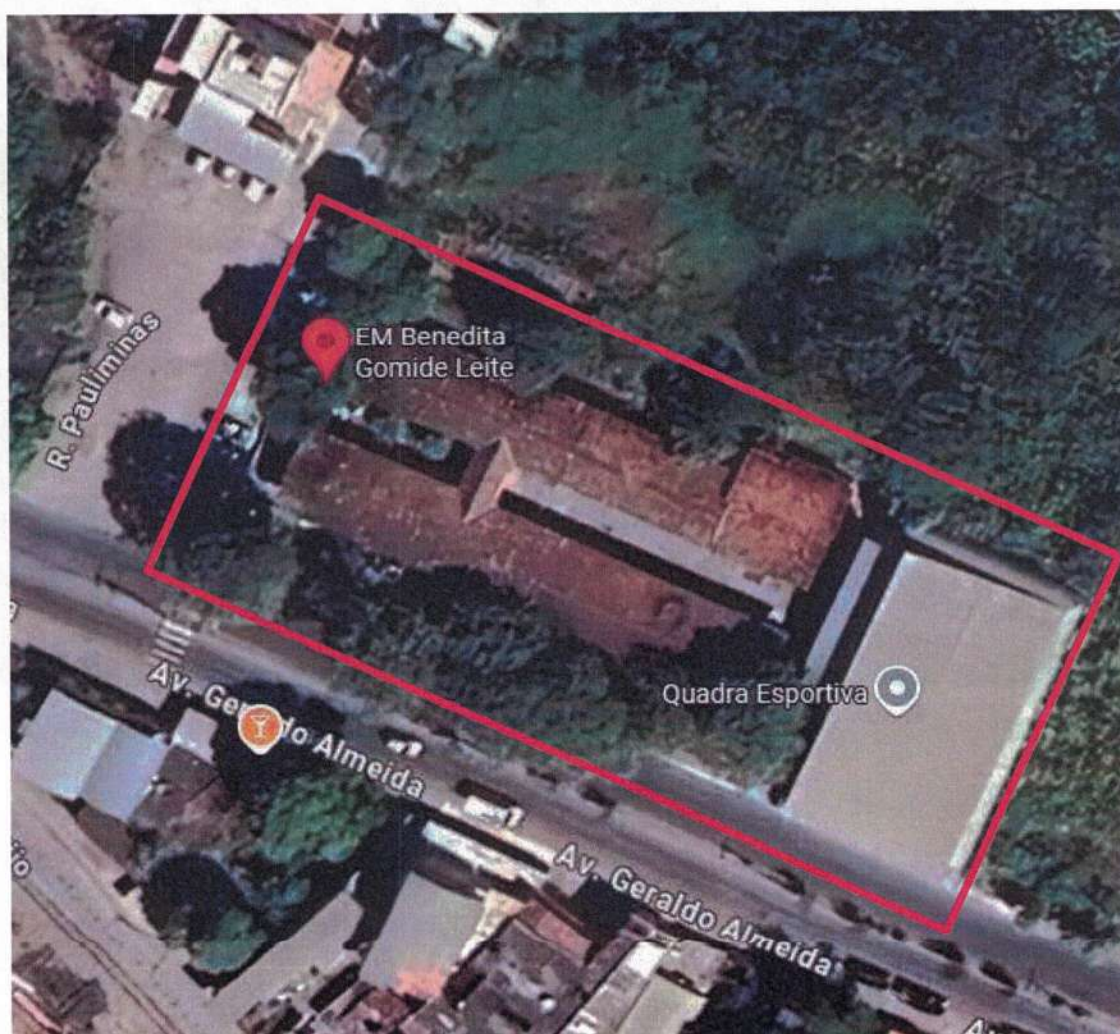
Fernando Rodrigo de Oliveira

Engenheiro Civil – CREA 250162D/MG

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

O presente relatório fotográfico refere-se à reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, situada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, em Formiga – MG, realizada por meio do convênio a ser celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. A obra abrange o fornecimento de materiais, a execução dos serviços e a garantia de sua eficácia, com o objetivo de beneficiar os alunos da rede municipal de ensino e a comunidade local.

Foto 1: Vista superior



Fonte: Google Maps



Foto 2: Telhado a ser reformado



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes

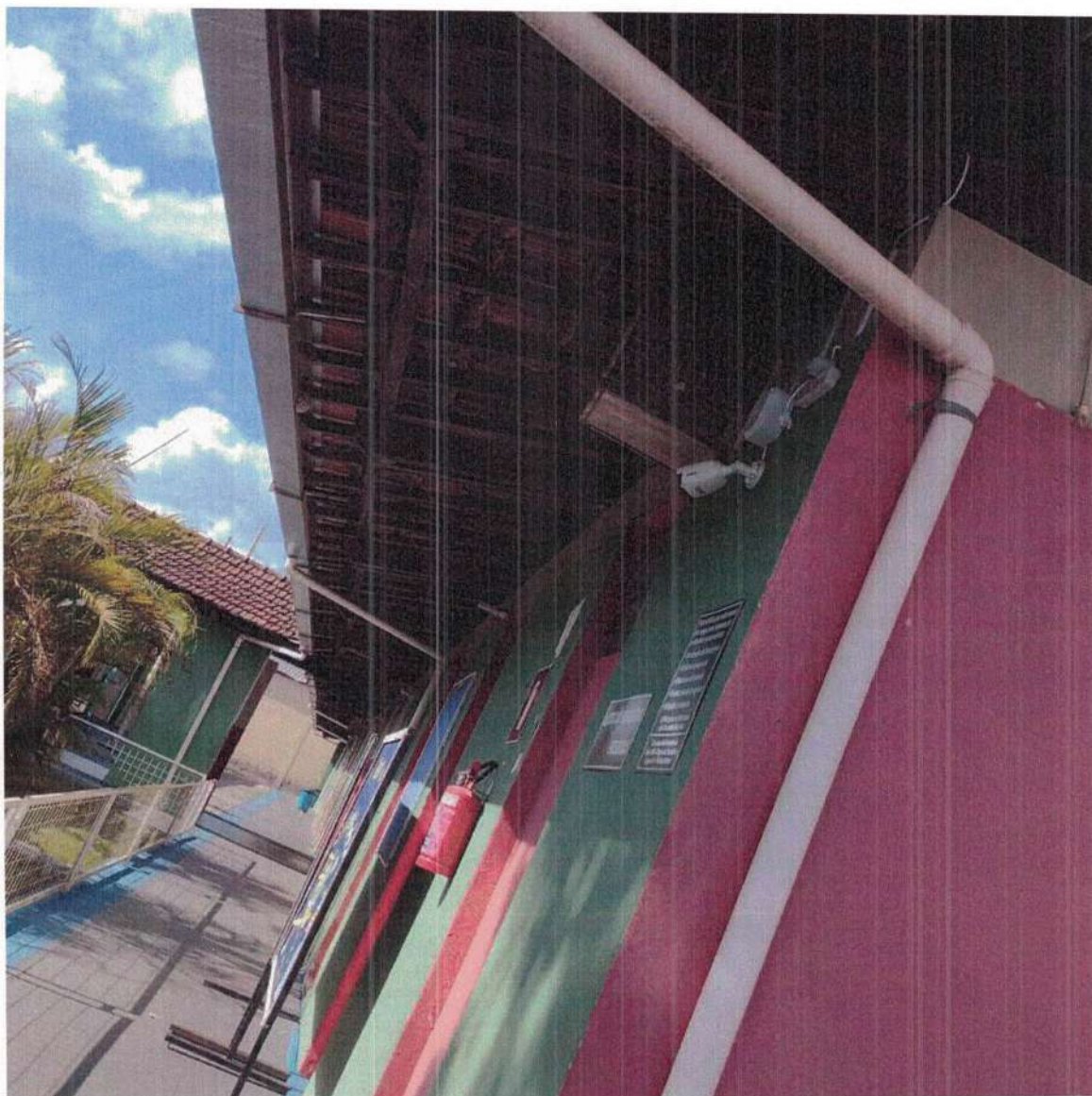
Foto 3: Telhado a ser reformado



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes



Foto 4: Telhado a ser reformado



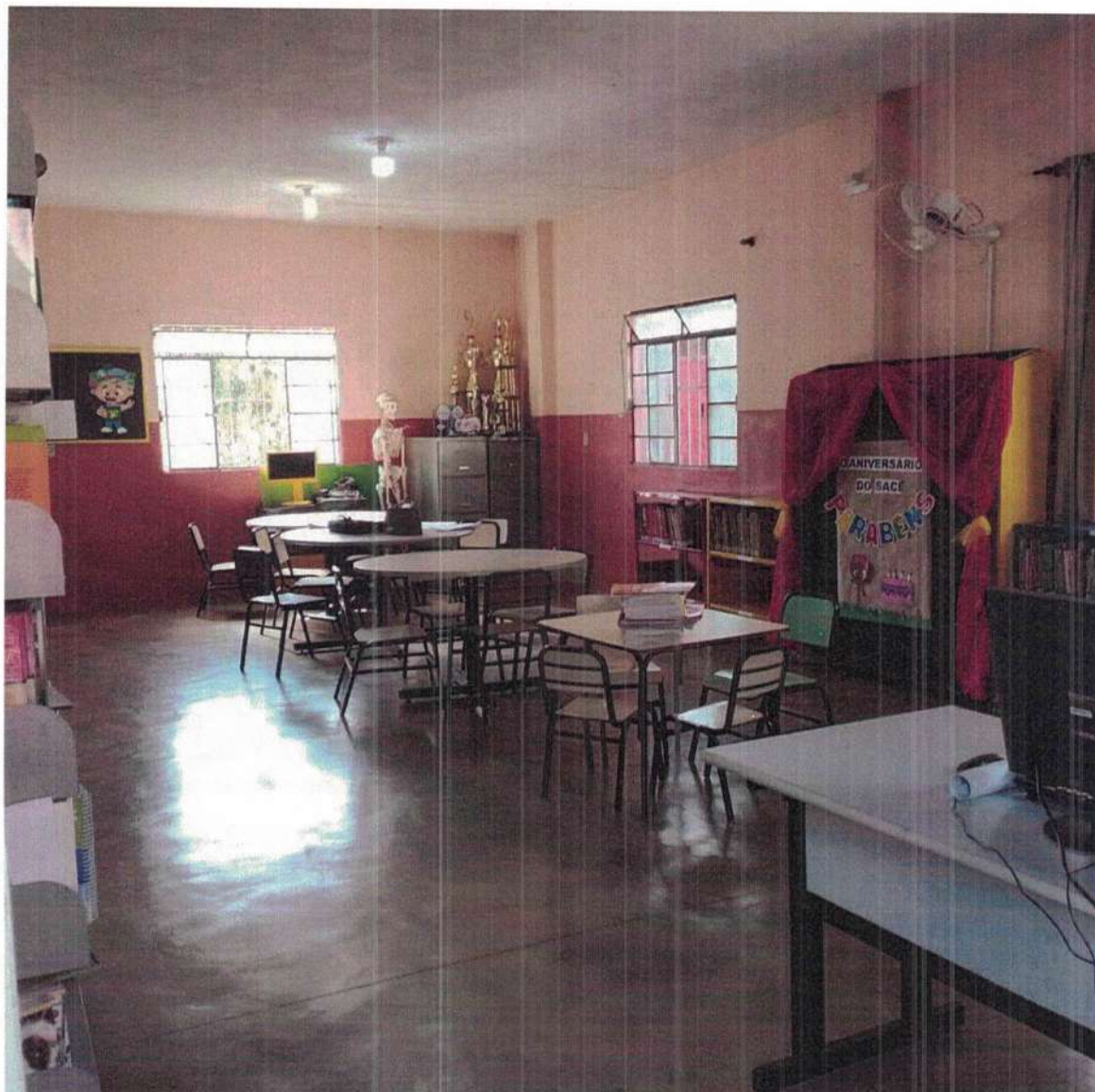
Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes

Foto 5: Telhado a ser reformado



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes

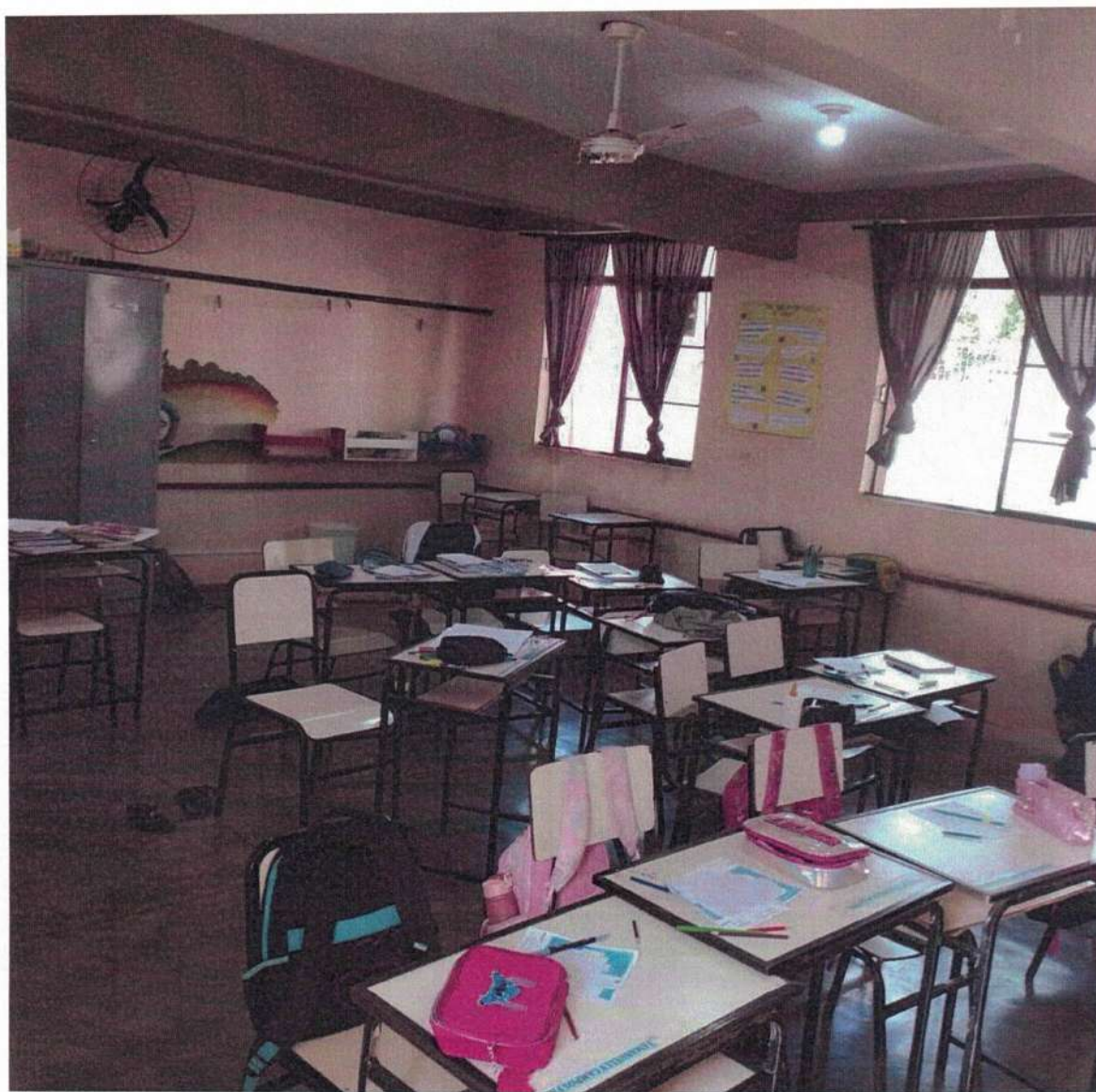
Foto 6: Pisos da biblioteca a serem trocados



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes



Foto 7: Pisos do sala de aula a serem trocados



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes



Foto 8: Pisos da sala de aula a serem trocados



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes

Foto 9: Paredes da sala de aula com trincas da sala a serem reparadas



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes

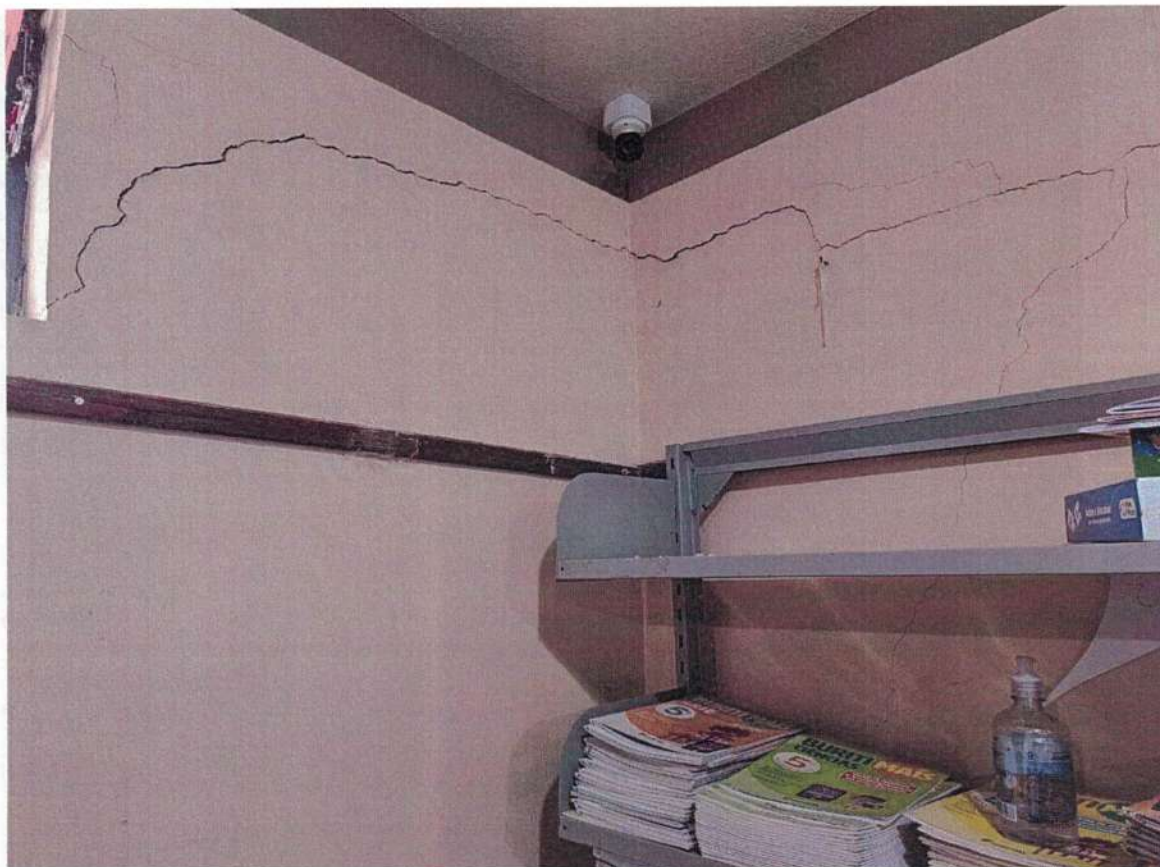


Foto 10: Paredes da sala de aula com trincas a serem reparadas



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes

Foto 11: Paredes da sala de aula com trincas a serem reparadas



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes



Foto 12: Paredes da área externa com trincas a serem reparadas



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes

Foto 13: Local a ser feito o gradil.



Fonte: Setor de Projetos Estruturais – Sec. M. de Educação e Esportes

Formiga/MG, 25 de setembro 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br **IAGO DIAS LOPES**
Data: 29/09/2025 14:51:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Iago Dias Lopes

Arquiteto e Urbanista – CAU A150504-1
Coordenador do Setor de Projetos Estruturais.



MEMÓRIA DE CÁLCULO

REFORMA DA ESCOLA M. BENEDITA GOMIDE LEITE

Formiga/MG

Sumário

1.	REFORMA DA ESCOLA M. BENEDITA GOMIDE LEITE	3
1.1	INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA	3
1.2	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	3
1.3	TRABALHOS EM TERRA	5
1.4	SUPERESTRUTURA	5
1.5	COBERTURA E FORRO	6
1.6	ESQUADRIAS METÁLICAS	8
1.7	FERRAGENS	8
1.8	REVESTIMENTO	9
1.9	PISOS E RODAPÉS	10
1.10	PINTURA	11
1.11	DIVERSOS	12
1.12	LIMPEZA	12
1.13	OUTROS	13

1. REFORMA DA ESCOLA M. BENEDITA GOMIDE LEITE /

O Projeto em questão é para realização da reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite/ localizada na Rua Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, no município de Formiga – MG visando arrumar as trincas das paredes e pisos e deixar o local mais seguro para atividades com os alunos.

A seguir, será apresentada a descrição do cálculo de todos os itens da planilha orçamentária:

1.1 INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1.1.1 Fornecimento e colocação de placa dos serviços de engenharia em chapa galvanizada (3,00 X 1,50m) - Governo do Estado - (Ampliação e / ou Reforma acima de R\$ 30.000,00)

- 1 unidade placa de obra

1.2 DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

1.2.1 REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023

- Área total do telhado para retirada = área projeção do telhado x coeficiente de inclinação = $(27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) \times 1,08 = 1.086,24\text{m}^2$

1.2.2 RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE RIPA EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019

- Área total do telhado para retirada = $(27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) = 1.005,78\text{m}^2$

1.2.3 RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE CAIBRO EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019

Área total do telhado para retirada = área projeção do telhado x porcentagem de caibros que serão trocados = $(27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) \times 0,3 = 301,73\text{m}^2$

1.2.4 DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023

- Área total de demolição = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] = $((22,2 \times 3) - ((2 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + ((27,4 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((27,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((39,3 \times 3) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((23,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + (5,8 \times 3) + ((49,7 \times 4) - ((8 \times 1,5 \times 1,5) + (6 \times 0,8 \times 0,5) + (3 \times 0,8 \times 2,1))) + ((34,4 \times 4) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((12 \times 4) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1)))$ (retirado por software autocad) = $728,04\text{m}^2$

1.2.5 REMOÇÃO DE CERCAS E MOURÕES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023

- Comprimento total = [comprimento cerca a retirar] = 39 (retirado por software autocad) = $39,00\text{m}$

1.2.6 Demolição de piso cimentado inclusive a base sobre lastro de concreto.

- Volume total = [área dos pisos das salas a demolir] = $(96,53 + 46,56 + 45,88) +$ [área dos passeios laterais a demolir] = $((38,81 + 34,4) \times 0,2)$ (retirado por software autocad) = $203,61\text{m}^2$

1.2.7 FURO MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40MM. AF_09/2023

- Quantidade total = [3 furos a cada metro linear de parede] x [comprimento total de paredes] = 366 (retirado por software autocad) = 366 un.

1.3 TRABALHOS EM TERRA

1.3.1 ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,5M, INCLUSIVE DESCARGA LATERAL

- Volume total = [perímetro total de escavação] x [largura da vala] x [profundidade aproximada da viga baldrame] = $(39,3 + 27,6 + 27,4 + 38,81 + 34,4) \times 0,4 \times 0,2$ (retirado por software autocad) = $13,40 \text{ m}^3$

1.3.2 REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023

- Volume total = [perímetro total de escavação] x [largura da vala] x [profundidade aproximada da viga baldrame] = $(39,3 + 27,6 + 27,4 + 38,81 + 34,4) \times 0,4 \times 0,2$ (retirado por software autocad) = $13,40 \text{ m}^3$.

1.3.3 COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021

- Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = $(96,53 + 46,56 + 45,88)$ (retirado por software autocad) = $188,97 \text{ m}^2$

1.4 SUPERESTRUTURA

1.4.1 ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

- Peso total = [quantidade de furos] x [comprimento aproximado da barra para transpassar a parede e servir de apoio para a malha] x [peso por metro] = $366 \times 0,2 \times 0,395 = 28,91 \text{ kg}$

1.4.2 TELA SOLDADA PARA LIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE TRINCA EM ALVENARIA/ESTRUTURA, INSTALADA COM PREGOS, EXCLUSIVE REBOCO

- Área total de tela = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] + [área da viga baldrame] = $((22,2 \times 3) - ((2 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + ((27,4 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((27,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((39,3 \times 3) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((23,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + (5,8 \times 3) + ((49,7 \times 4) - ((8 \times 1,5 \times 1,5) + (6 \times 0,8 \times 0,5) + (3 \times 0,8 \times 2,1))) + ((34,4 \times 4) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((12 \times 4) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + ((38,81 + 34,4) \times 0,4) + ((39,3 + 27,6 + 27,4) \times 0,4)$ (retirado por software autocad) = $795,04 \text{ m}^2$

1.5 COBERTURA E FORRO

1.5.1 Fornecimento, transporte e colocação de telhas, tipo:

1.5.1.1 TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019

- Área total do telhado para retirada = área projeção do telhado x coeficiente de inclinação = $(27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) \times 1,08 = 1.086,24 \text{ m}^2$

1.5.2 Fornecimento, transporte e colocação de cumeeira e espigão:

1.5.2.1 Para telha cerâmica referência 3 unidades / m

- COMPRIMENTO E ESPIGÃO = $53,33 + 53,93 + 11,80 + 10,83 = 129,89$ m

1.5.2.2 Emboçamento da fiada lateral de telha cerâmica com argamassa de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar, no traço 1:2:9

- COMPRIMENTO A SER EXECUTADO = $8,1 + 12,15 + 8,9 + 8,9 + 8 = 46,05$ m

1.5.3 RIPA NAO APARELHADA, *1,5 X 5* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA

- Área total do telhado para retirada = [área do telhado] x [porcentagem das ripas do telhado de acordo com a área que deverão ser trocadas] x [coeficiente do uso de ripas por metro quadrado de telhado] = $(27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) * 0,3 * 2,588 = 780,89$ m.

1.5.4 CAIBRO NAO APARELHADO *5 X 6* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA

Área total do telhado para retirada = [área do telhado] x [porcentagem dos caibros do telhado de acordo com a área que deverão ser trocadas] x [coeficiente do uso de caibros por metro quadrado de telhado] = $(27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) * 0,3 * 1,956 = 590,19$ m

1.5.5 AMARRAÇÃO DE TELHAS CERÂMICAS OU DE CONCRETO. AF_07/2019

- Amarração nos beirais: $(53,33 \times 2) + 7,90 + 11,95 + (53,93 \times 2) + (8,70 \times 2) + (6,32 \times 2) + (3,40 \times 2) + 8 = 278,01$ metros
 $278,01 / 0,18 = 1545$ unidades de telhas

- Amarração nas cumeeiras: $106,66 + 106,66 + 11,80 + 11,80 + 10,71 + 10,71 = 258,34$ metros

$258,34 / 0,18 = 1436$ unidades de telhas

- Amarração das telhas laterais: $[7,90 - (0,46 \times 4)] + [8,70 - (0,46 \times 4)] \times 2 + [11,95 - (0,46 \times 4)] = 29,89$ metros

$29,89 / 0,46 = 65$ unidades de telhas

-Total de telhas = $1545 + 1436 + 65 = 3046$ unidades

1.6 ESQUADRIAS METÁLICAS

1.6.1 Fornecimento e instalação de:

1.6.1.1 Porta metálica, tipo de abrir, com uma (1) folha, em chapa galvanizada lambril, modelo quadrado, fornecimento e assentamento, EXCLUSIVE fechadura, targeta e dobradiça

- Área total = [largura do portão] x [altura do portão] = $3,00 \times 1,80$ (retirado por software autocad) - CADA FOLHA TERÁ $2,70M^2 = 5,40 m^2$

1.7 FERRAGENS

1.7.1 Fornecimento e instalação de:

1.7.1.1 Dobradiça de ferro, medidas (3.1/2"x3"), tipo pino solto com bola, acabamento cromado, inclusive acessórios para fixação

- DOBRADIÇAS PARA CADA FOLHA DO PORTÃO X QUANTIDADE DE FOLHAS = $2 =$
TOTAL = 6 UNIDADES

1.8 REVESTIMENTO

1.8.1 Execução de:

1.8.1.1 Revestimento camada única 1:3, cimento e areia e=20mm (emboço desempenado)

- Área total paredes = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] + [área da viga baldrame] – [área esquadrias] = $((22,2 \times 3) - ((2 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + ((27,4 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((27,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((39,3 \times 3) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((23,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + (5,8 \times 3) + ((49,7 \times 4) - ((8 \times 1,5 \times 1,5) + (6 \times 0,8 \times 0,5) + (3 \times 0,8 \times 2,1))) + ((34,4 \times 4) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((12 \times 4) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + ((38,81 + 34,4) \times 0,4) + ((39,3 + 27,6 + 27,4) \times 0,4)$ (retirado por software autocad) = 795,04 m²

1.8.1.2 CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022

- Área total paredes = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] + [área da viga baldrame] – [área esquadrias] = $((22,2 \times 3) - ((2 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + ((27,4 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((27,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((39,3 \times 3) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((23,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + (5,8 \times 3) + ((49,7 \times 4) - ((8 \times 1,5 \times 1,5) + (6 \times 0,8 \times 0,5) + (3 \times 0,8 \times 2,1))) + ((34,4 \times 4) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((12 \times 4) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + ((38,81 + 34,4) \times 0,4) + ((39,3 + 27,6 + 27,4) \times 0,4)$ (retirado por software autocad) = 795,04 m²

1.9 PISOS E RODAPÉS

1.9.1 Fornecimento e assentamento de pisos, em:

1.9.1.1 PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO, SEM USO DE FORMAS, INCLUSO JUNTAS DE DILATAÇÃO. BASEADO NA COMPOSIÇÃO SINAPI 94993

- Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²

1.9.1.2 Piso cimentado com argamassa de cimento e areia sem peneirar, traço 1:3, e=2,5cm

- Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²

1.9.2 Fornecimento e instalação de rodapés

1.9.2.1 Argamassa H=7cm (traço 1:3)

- COMPRIMENTO DO RODAPE COLOCADO = PERIMETRO SALAS INTERNAMENTE
=39,24+27,6 = 66,84M.

1.9.3 Contra-piso e regularização:

1.9.3.1 Regularização sarrafeada de base para revestimento de piso com argamassa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, e=3cm

- Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²

1.9.4 Outros (fornecimento e assentamento):

1.9.4.1 Passeio de concreto e= 8 cm, Fck 15 Mpa, c/ preparo p/ terreno, incluindo preparo de caixa, sem revestimento com argamassa de cimento e areia

- Área total dos passeios externo a serem reconstruídos = [área dos passeios a demolir]
= $((38,81 + 34,4) \times 0,2)$ (retirado por software autocad) = $14,64 \text{ m}^2$

1.9.4.2 PINTURA COM RESINA ACRÍLICA EM PISOS CIMENTADOS, DUAS (2) DEMÃOS, COM APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE PREPARAÇÃO E LIMPEZA DA SUPERFÍCIE

- Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = $(96,53 + 46,56 + 45,88)$ (retirado por software autocad) = $188,97 \text{ m}^2$

1.10 PINTURA

1.10.1 Pintura:

1.10.1.1 Tinta acrílica em parede, sem emassamento (duas demãos)

- Área externa total = [perímetro total das paredes] x [altura da parede] = $((49,7 \times 4) - ((8 \times 1,5 \times 1,5) + (6 \times 0,8 \times 0,5) + (3 \times 0,8 \times 2,1))) + ((34,4 \times 4) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((12 \times 4) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1)))$ (retirado por software autocad) = $335,57 \text{ m}^2$ + Área interna total = [perímetro total das paredes] x [altura da parede] = $((22,2 \times 3) - ((2 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + ((27,4 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((27,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (2,1 \times 0,8))) + ((39,3 \times 3) - ((4 \times 1,5 \times 1,2) + (2 \times 0,8 \times 2,1))) + ((23,6 \times 3) - ((3 \times 1,5 \times 1,5) + (2 \times 0,8 \times 0,5) + (0,8 \times 2,1))) + (5,8 \times 3)$ (retirado por software autocad) = $392,47 \text{ m}^2$ = total = $728,04 \text{ m}^2$.

1.11 DIVERSOS

1.11.1 Execução de:

1.11.1.1 ALAMBRADO EM MOURÕES DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO (INCLUSIVE MURETA EM CONCRETO). AF_05/2018

- Comprimento total = [comprimento cerca a executar] = 76,80 (retirado por software autocad) = 76,80 m

1.11.2 Andaimes:

1.11.2.1 Andaime em cavalete metálico para alvenaria, com chapa de compensado e tábua, com reaproveitamento, inclusive montagem/desmontagem e remanejamento

- PERIMETRO TOTAL DE ALVENARIA A SER ALTERADA = 24,54 + 23,60 + 38,91 + 40,43 + 27,60 + 27,40 + 44,86 = 227,34M.

1.12 LIMPEZA

1.12.1 Limpeza:

1.12.1.1 Limpeza Geral da edificação

-Área total = [comprimento] * [largura] = Área da obra:

Sala 07: 45,82m²

Sala 06: 46,40m²

Biblioteca: 47,29m²

Sala 05: 24,00m²

Depósito: 47,29m²

Sala 04: 34,80m²

Sala 03: 45,82m²

Foi considerado a área referente a um perímetro de 1 metro da projeção do telhado para contabilizar a limpeza devido as obras do telhado: 267,48m²

(Retirado por software autocad)

Total: 558,90 m²

1.12.2 Transportes e retirada de entulho:

1.12.2.1 Transporte e carga manual de material a granel (ou demolição) em caçamba

- Volume total = [área de demolição do revestimento das paredes] x [espessura aproximada do reboco] + [volume de demolição do piso] + [volume de demolição das telhas] + [ripas e caibros retirados] x [coeficiente que relaciona a quantidade de volume solto do material] = $((728,04 \times 0,02) + (20,36) + (1005,78 \times 0,02) + (790,89 \times 0,015 \times 0,05) + (590,19 \times 0,05 \times 0,06) \times 1,529352) = 87,79 \text{ m}^3$

Foi considerado para fins de cálculo:

Espessura do revestimento das paredes = 2cm

Altura das telhas para cálculo do volume de demolição: 2cm

1.13 OUTROS

1.13.1 COSTURA DE TRINCA COM GRAMPO, BARRA DE AÇO CA-60 Ø4,2MM, COMPRIMENTO TOTAL 40CM, ESPAÇAMENTO DE 15CM, INCLUSIVE CORTE, DOBRA E ARGAMASSA, TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), COM PREPARO MECANIZADO

- Comprimento total de trincas = [comprimento aproximado de outras trincas edificação]
= 20 = 20 m

Formiga, 28 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br IAGO DIAS LOPES
Data: 24/11/2025 11:13:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Iago Dias Lopes

Arquiteto e Urbanista CAU: A150504-1

Coordenador do Setor de Projetos Estruturais



PREFEITURA DE
Formiga
Deus no comando. Confiança no trabalho!
GESTÃO 2023-2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
ESPORTES
Travessa Padre Leão João Dehon, nº 60, Santa Tereza
(37) 3329-1814 / 99830-0352

MEMORIAL DESCRITIVO

REFORMA DA ESCOLA M. BENEDITA GOMIDE LEITE /

Formiga/MG

Sumário

1. REFORMA DA ESCOLA M. BENEDITA GOMIDE LEITE CARVALHO	3
1.1 INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA	3
1.2 DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES.....	3
1.3 TRABALHOS EM TERRA.....	5
1.4 SUPERESTRUTURA	6
1.5 COBERTURA E FORRO	6
1.6 ESQUADRIAS METÁLICAS.....	7
1.7 FERRAGENS.....	8
1.8 REVESTIMENTO	8
1.9 PISOS E RODAPÉS	9
1.10 PINTURA.....	10
1.11 DIVERSOS	11
1.12 LIMPEZA	12
1.13 OUTROS.....	12

1. REFORMA DA ESCOLA M. BENEDITA GOMIDE LEITE CARVALHO

O Projeto em questão é para realização da reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Rua Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, no município de Formiga – MG visando arrumar as trincas das paredes e pisos e deixar o local mais seguro para atividades com os alunos.

A seguir, será apresentada a descrição de todos os itens da planilha orçamentária:

1.1 INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1.1.1 Fornecimento e colocação de placa dos serviços de engenharia em chapa galvanizada (3,00 X 1,50m) - Governo do Estado - (Ampliação e / ou Reforma acima de R\$ 30.000,00)

Será instalada Placa de Obra, com a finalidade de identificação do empreendimento seguindo recomendações dos órgãos de fiscalização, nos padrões fornecidos pelo Departamento de Engenharia do município. A placa deve ser em chapa galvanizada com as dimensões iguais a 3,00 x 1,5 m.

1.2 DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

1.2.1 REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023

A desmontagem do telhado da escola será realizada integralmente a partir do telhado/laje. O serviço terá início pela retirada manual das cumeeiras, prosseguindo em sequência descendente até os beirais, retirando telha por telha para evitar deslocamentos acidentais.

As peças cerâmicas serão retiradas e descartadas com apoio de caçambas estacionadas no térreo. O transporte horizontal ocorrerá sobre a laje e o vertical, será feito por descida controlada até caçambas estacionadas no nível térreo.

1.2.2 RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE RIPA EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019

As ripas de madeira (1,5 × 5 cm) do telhado serão destacadas manualmente, com auxílio de alavancas e martelos, e organizados para reaproveitamento quando em bom estado, e quando estiverem em mau estado deverão ser descartadas. Todas as ripas serão retiradas e recolocadas para correção do engradamento para receber as telhas coloniais. Foi considerado por análise visual no local que 30% das ripas do telhado deverão ser trocadas por novas. Pregos, grampos e ferragens soltas serão recolhidos e acondicionados em recipientes metálicos para posterior reciclagem.

Durante a operação, a equipe utilizará capacetes, luvas, botas antiderrapantes e cintos de segurança com talabarte conectados a pontos fixos de ancoragem na laje ou nas

vigas de cobertura, em atendimento à NR-18. Todo o processo será acompanhado por encarregado que verificará a integridade da estrutura exposta, registrando em diário de obra eventuais necessidades de reforço estrutural. O critério de medição será o metro quadrado de telhado efetivamente removido, conforme metodologia SINAPI/SICOR, incluindo o transporte horizontal até o ponto de carga e a descida vertical até a caçamba de destinação.

1.2.3 RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE CAIBRO EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019

Os caibros (5 × 6 cm) em mau estado, que existem no telhado, serão destacados manualmente, com auxílio de alavancas e martelos, e organizados para descarte. Foi considerado por análise visual no local que 30% dos caibros do telhado deverão ser trocados por novos. Pregos, grampos e ferragens soltas serão recolhidos e acondicionados em recipientes metálicos para posterior reciclagem.

Durante a operação, a equipe utilizará capacetes, luvas, botas antiderrapantes e cintos de segurança com talabarte conectados a pontos fixos de ancoragem na laje ou nas vigas de cobertura, em atendimento à NR-18. Todo o processo será acompanhado por encarregado que verificará a integridade da estrutura exposta, registrando em diário de obra eventuais necessidades de reforço estrutural. O critério de medição será o metro quadrado de telhado efetivamente removido, conforme metodologia SINAPI/SICOR, incluindo o transporte horizontal até o ponto de carga e a descida vertical até a caçamba de destinação.

1.2.4 DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023

Todo o reboco dos seguintes espaços: Sala 08, Sala 07, Sala 06, Biblioteca, Sala 05, Depósito e Sala 04, será retirado, tanto internamente quanto externamente. Internamente ele será retirado até o teto e externamente será retirado até a altura das telhas, de forma que nestes locais fique a alvenaria aparente. O trabalho será executado mecanicamente com uso de um martetele. Todo o material retirado deverá ser depositado em caçamba e posteriormente descartado.

1.2.5 REMOÇÃO DE CERCAS E MOURÕES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023

Conforme projeto, a cerca existente na parte externa lateral da escola, que se encontra em condições precárias e não faz o fechamento total da escola, será retirada para instalação de uma nova cerca lateral, fechando a escola completamente. O material deverá ser retirado, e transportado para local para descarte.

1.2.6 Demolição de piso cimentado inclusive a base sobre lastro de concreto.

Todo o piso dos seguintes espaços: Sala 07, Sala 06, Biblioteca, Sala 05 e Depósito, será retirado. Conforme especificado em projeto, no perímetro externo destes locais também existem calçadas que também deverão ser demolidas para dar acesso a

escavação de 20 cm de largura para acesso da viga baldrame. O trabalho será executado mecanicamente com uso de um martelo. Todo o material retirado deverá ser depositado em caçamba e posteriormente descartado.

1.2.7 FURO MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40MM. AF_09/2023

Na execução do novo revestimento das paredes, para instalação das barras de aço de 8mm nas paredes com finalidade de ligar tela metálica soldada que será instalada na parte externa e interna, deverão ser realizados furos na alvenaria com uso de furadeira de modo a possibilitar a inserção da barra de aço neste local. Serão feitos 3 furos por metro de alvenaria, de forma equidistante entre eles, conforme especificado no projeto.

1.3 TRABALHOS EM TERRA

1.3.1 ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,5M, INCLUSIVE DESCARGA LATERAL

Após a demolição dos pisos dos seguintes espaços: Sala 07, Sala 06, Biblioteca, Sala 05 e Depósito, será feito a escavação manual da vala de 20cm de largura e 40 centímetros de profundidade de modo a acessar a viga baldrame da edificação nestes locais, tanto internamente quanto externamente com a finalidade de instalação da tela e revestimento destes locais. A terra escavada deverá ser depositada lateralmente a vala para posterior reaterro.

1.3.2 REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023

Após a finalização dos trabalhos nas paredes, a vala que foi escavada, será reaterrada e compactada para execução do revestimento.

1.3.3 COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021

Após a finalização do revestimento das paredes e o reaterro das valas que foram abertas, deverá ser feito a compactação dos locais que foram retirados o piso de concreto para posteriormente execução do novo piso de concreto.

Limpar a superfície do terreno, removendo restos de vegetação, materiais orgânicos ou soltos. Regularizar o terreno de acordo com o projeto de nivelamento. Verificar a necessidade de umidificação do solo, mantendo a umidade próxima da ótima de compactação. O solo deve ser espalhado em camadas sucessivas, com espessura máxima de 20 antes da compactação. Acionar o compactador de percussão conforme instruções do fabricante. Executar a compactação em passes sobrepostos, cobrindo toda a superfície da camada. Após a compactação, verificar o nível e o prumo da superfície.

1.4 SUPERESTRUTURA

1.4.1 ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

Nos locais que foram executados os furos na alvenaria, serão colocadas as armaduras de 8mm de forma que transpasse a parede, a tela será amarrada nessa barra de forma que sirva de ponto de apoio para manter a tela esticada.

1.4.2 TELA SOLDADA PARA LIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE TRINCA EM ALVENARIA/ESTRUTURA, INSTALADA COM PREGOS, EXCLUSIVE REBOCO

Após a aplicação do chapisco nas paredes, será feita a instalação da tela soldada nas paredes que foram demolidas, a tela será instalada por pedreiro e servente, usando pregos de fixação de modo que ela não saia quando for executado o revestimento em argamassa.

1.5 COBERTURA E FORRO

1.5.1 Fornecimento, transporte e colocação de telhas, tipo:

1.5.1.1 TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019

Concluída a estrutura de madeira do telhado da escola, inicia-se o assentamento das telhas cerâmicas capa-canal colonial, içadas até a cobertura em lotes e distribuídas manualmente sobre a laje para evitar sobrecarga localizada. O assentamento será feito do beiral para a cumeeira, com recobrimento longitudinal mínimo de 8 cm e sobreposição lateral padrão, sempre conferindo alinhamento e uniformidade visual. A medição será realizada em metro quadrado de telha assentada, enquanto cumeeiras e espigões serão medidos em metro linear, conforme critérios do SINAPI/SICOR.

1.5.2 Fornecimento, transporte e colocação de cumeeira e espigão:

1.5.2.1 Para telha cerâmica referência 3 unidades / m

Nas cumeeiras e espigões, as peças cerâmicas correspondentes serão assentadas com argamassa mista no traço 1:2:9, aplicada em cordão contínuo, cobrindo juntas e garantindo estanqueidade. Após a montagem completa, será realizada vistoria de escoamento com jato de água em pontos estratégicos para confirmar a ausência de infiltrações. O acabamento dos beirais será verificado quanto à regularidade do alinhamento e fixação. A medição será realizada em metro quadrado de telha assentada, enquanto cumeeiras e espigões serão medidos em metro linear, conforme critérios do SINAPI/SICOR.

1.5.2.2 Emboçamento da fiada lateral de telha cerâmica com argamassa de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar, no traço 1:2:9

Nas laterais do telhado, após a instalação das telhas, serão refeitas as laterais dos telhados seguindo o padrão das atuais, usando argamassa traço 1:2:9. Elas deverão ser firmemente fixadas, garantindo estanqueidade do telhado.

1.5.3 RIPA NAO APARELHADA, *1,5 X 5* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA

Após a instalação dos novos caibros, serão pregadas as ripas de madeira não aparelhada 1,5 × 5 cm, seguindo o espaçamento necessário para o engradamento da telha colonial capa-canal e garantindo alinhamento contínuo para o encaixe da telha colonial.

Tanto caibros quanto ripas deverão ser previamente tratados com produto de prevenção contra cupins e fungos, e fixados com pregos ou parafusos galvanizados de comprimento compatível, assegurando estabilidade e prumo da armação.

1.5.4 CAIBRO NAO APARELHADO *5 X 6* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA

Com a laje limpa e as linhas de apoio inspecionadas, serão instalados os novos caibros na estrutura de cobertura. Os caibros de madeira não aparelhada, seção 5 × 6 cm, em espécies resistentes como angelim, cambará ou equivalentes regionais, serão fixados nos locais onde foram retirados os caibros em mau estado, respeitando o espaçamento existente. Tanto caibros quanto ripas deverão ser previamente tratados com produto de prevenção contra cupins e fungos, e fixados com pregos ou parafusos galvanizados de comprimento compatível, assegurando estabilidade e prumo da armação.

1.5.5 AMARRAÇÃO DE TELHAS CERÂMICAS OU DE CONCRETO. AF_07/2019

As telhas serão amarradas com arames galvanizados ou de cobre, ou também, utilizando fixadores metálicos apropriados, reduzindo risco de deslocamento por vento. Serão amarradas todas as telhas do beiral mais baixo, a primeira fiada de telhas abaixo da cumeeira e a primeira fiada das laterais. A medição será realizada em unidade de telha amarrada, conforme critérios do SINAPI/SICOR.

1.6 ESQUADRIAS METÁLICAS

1.6.1 Fornecimento e instalação de:

1.6.1.1 Porta metálica, tipo de abrir, com uma (1) folha, em chapa galvanizada lambril, modelo quadrado, fornecimento e assentamento, EXCLUSIVE fechadura, targeta e dobradiça

Será instalado um novo portão de entrada lateral para a escola, ele será feito em chapa de aço, e será fixado no local conforme projeto, sendo o mesmo travado nos mourões de concreto que serão instalados, conforme indicada a posição em projeto. Será usado para acesso de veículos no interior da escola. O portão terá duas folhas, que se abrirão para dentro de edificação.

O portão e batentes deverão ser pintados com uma demão de fundo anticorrosivo e posteriormente após o período entre demãos especificado pelo fabricante, será feito duas demãos de pintura esmalte.

1.7 FERRAGENS

1.7.1 Fornecimento e instalação de:

1.7.1.1 Dobradiça de ferro, medidas (3.1/2"x3"), tipo pino solto com bola, acabamento cromado, inclusive acessórios para fixação

Será instalado um novo portão de entrada lateral para a escola, ele será feito em chapa de aço, e será fixado no local conforme projeto, sendo o mesmo travado nos mourões de concreto que serão instalados, conforme indicada a posição em projeto. Será usado para acesso de veículos no interior da escola. O portão terá duas folhas, que se abrirão para dentro de edificação.

1.8 REVESTIMENTO

1.8.1 Execução de:

1.8.1.1 Revestimento camada única 1:3, cimento e areia e=20mm (emboço desempenado)

Após a aplicação do chapisco nas paredes, será feita a instalação da tela soldada nas paredes que foram demolidas, a tela será instalada por pedreiro e servente, usando pregos de fixação de modo que ela não saia quando for executado o revestimento em argamassa.

Nos locais que foram executados os furos na alvenaria, serão colocadas as armaduras de 8mm de forma que transpasse a parede, a tela será amarrada nessa barra de forma que sirva de ponto de apoio para manter a tela esticada.

Por fim será feito o revestimento em argamassa com traço 1:3 (cimento e areia), este revestimento será feito mecanicamente com betoneira e aplicado manualmente na parede, usando colher de pedreiro. Deverá ser feito com taliscas, garantindo prumo e nivelamento.

1.8.1.2 CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022

Será realizado camada de chapisco em todas as paredes internas e externas da edificação que foram demolidas além dos locais que foram escavados até a viga

baldrame, com argamassa de traço 1:3 (em volume de cimento e areia grossa), com consistência ideal para o lançamento da argamassa nas paredes da edificação de forma manual, com colher de pedreiro.

A alvenaria deve ser umedecida antes da aplicação do chapisco e este deve cobrir toda a área de alvenaria a ser revestida, com perfeito lançamento sobre os blocos cerâmicos, garantindo a fixação.

1.9 PISOS E RODAPÉS

1.9.1 Fornecimento e assentamento de pisos, em:

1.9.1.1 PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO, SEM USO DE FORMAS, INCLUSO JUNTAS DE DILATAÇÃO. BASEADO NA COMPOSIÇÃO SINAPI 94993

Após a compactação do solo, nos locais em que o piso foi returado, será feita a execução do piso de concreto armado, ele terá espessura de 6cm acabado, e será armado usando TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-196 (3,11 KG/M²), DIAMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM, a armadura deverá ser espalhada nos locais garantindo o transpasse de pelo menos 30cm entre as malhas. Após a instalação da malha deverá ser feito a umidificação do local para receber a o concreto usinado bombeado 20MPa que deverá ser espalhado de forma que não fiquem falhas na concretagem e garantindo uma superfície bem nivelada para recebimento posterior do contrapiso.

1.9.1.2 Piso cimentado com argamassa de cimento e areia sem peneirar, traço 1:3, e=2,5cm

Após a finalização do contrapiso e cura nas áreas especificadas, será feito o acabamento em piso cimentado, espessura de 2cm, com preparo mecânico da argamassa.

A superfície deve estar limpa, firme, isenta de poeira, graxa ou óleo. Realizar escovação e umedecimento prévio da base, evitando acúmulo de água. Aplicar ponte de aderência com nata de cimento sobre a base.

Misturar cimento e areia no traço volumétrico 1:3 em betoneira. Adicionar água até atingir consistência plástica e trabalhável. Espalhar a argamassa em camadas contínuas com espessura média de 2,0 cm. Nivelar com régua de alumínio apoiada em guias (mestras) previamente definidas. Compactar e sarrafear a argamassa para eliminar vazios e garantir aderência à base. Após o sarrafeamento, alisar a superfície com desempenadeira de aço e espalhando o pó de cimento até atingir acabamento liso. Garantir uniformidade visual e ausência de ondulações ou buracos.

1.9.2 Fornecimento e instalação de rodapés

1.9.2.1 Argamassa H=7cm (traço 1:3)

Após a execução do piso cimentado e antes da pintura com resina, deverá ser feita a execução de rodapés em argamassa nas salas em que foram refeitos os pisos. Os rodapés serão feitos com argamassa 1:3.

1.9.3 Contra-piso e regularização:

1.9.3.1 Regularização sarrafeada de base para revestimento de piso com argamassa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, e=3cm

Após a execução do piso de concreto, no interior das salas que tiveram os pisos retirados será feito o contrapiso.

Limpar a superfície, removendo poeira, nata de cimento, resíduos de óleo, graxa ou partículas soltas. Umedecer a superfície do piso de concreto com água antes da aplicação, evitando empoçamentos. Aplicar uma ponte de aderência de cimento e água (nata de cimento), imediatamente antes da argamassa.

Misturar os materiais na betoneira, no traço volumétrico 1:4 (1 parte de cimento: 4 partes de areia). Espalhar a argamassa diretamente sobre a ponte de aderência ainda fresca.

Nivelar com o auxílio de mestras previamente definidas, garantindo a espessura média de 2 cm. Realizar acabamento simples (não reforçado), deixando a superfície regular para receber o revestimento

1.9.4 Outros (fornecimento e assentamento):

1.9.4.1 Passeio de concreto e= 8 cm, Fck 15 Mpa, c/ preparo p/ terreno, incluindo preparo de caixa, sem revestimento com argamassa de cimento e areia

Na parte externa, onde houve demolição do passeio externo para acesso da fundação, deverá ser feito o reparo do passeio com concreto, ele deverá ser executado de forma que a percepção da emenda seja mínima, será executado em concreto com fck de 15Mpa.

1.9.4.2 PINTURA COM RESINA ACRÍLICA EM PISOS CIMENTADOS, DUAS (2) DEMÃOS, COM APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE PREPARAÇÃO E LIMPEZA DA SUPERFÍCIE

Após a execução do piso cimentado (cimento queimado) e passado o período de cura, deverá ser feito a aplicação de resina acrílica a fim de proteger o piso contra os agentes externos. Serão feitas 2 demãos, que deverão ser aplicadas respeitado o tempo requerido pelo fabricante.

1.10 PINTURA

1.10.1 Pintura:

1.10.1.1 Tinta acrílica em parede, sem emassamento (duas demãos)

Nos locais onde ocorreu a retirada do revestimento das paredes e substituição, será realizado nova pintura, interno e externamente.

Será realizada a aplicação de selador acrílico. Antes de iniciar a sua aplicação, deve ser realizado a limpeza da superfície, eliminando qualquer sujeira e excesso de material, vem como a retirada do material solto que fica sobre a argamassa de assentamento e que porventura caiu sobre os blocos.

O selador deve ser aplicado anteriormente a tinta, com a função de impermeabilizar os blocos, reduzindo assim a absorção da tinta. Ele garante a uniformidade da aplicação da posterior camada de tinta.

Deve ser aplicado com rolo, e nos pontos em que o equipamento não alcance, deve ser feita a aplicação com pincel trinchado de tamanho adequado para cada local, em uma demão, na consistência indicada pelo fornecedor, após o prazo definido de aplicação para superfícies novas de argamassa, garantindo a aplicação em toda a extensão da área, sem que fique nenhum ponto sem o cobrimento.

Após a completa execução da aplicação do selador acrílico, e atingido o período de secagem determinado pelo fornecedor, será realizada pintura com tinta látex acrílico econômico em duas demãos, nos intervalos definidos pelo fabricante.

A tinta será aplicada com rolo específico para o tipo de tinta, recomendado pelo fornecedor e nos locais em que ele não alcance, será executada a aplicação com pincel trinchado de dimensão adequada para cada local.

A pigmentação (cores) das tintas a serem aplicadas serão passadas pelos responsáveis pelo setor de projetos estruturais da Secretaria de Educação e Esportes do município, e devem ser realizadas antes do início das pinturas, amostra de cores aplicadas sobre o revestimento para aprovação da fiscalização. Todas as tintas a serem aplicadas devem ser preparadas pelo fornecedor da tinta, não podendo ser aplicado colorante em obra.

A diluição deve seguir as proporções recomendadas pelo fabricante, e durante todo o momento de aplicação, a tinta deve ser misturada para que ela fique sempre homogênea e não ocorra sedimentação dos pigmentos e componentes mais densos, garantindo a cor em toda a tinta a ser aplicada.

1.11 DIVERSOS

1.11.1 Execução de:

1.11.1.1 ALAMBRADO EM MOURÕES DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO (INCLUSIVE MURETA EM CONCRETO). AF_05/2018

Após a retirada da cerca lateral será feito um alambrado em mourões de concreto e tela de arame galvanizado, fazendo o cercamento de toda a escola, a cerca será instalada de forma que fique um espaço para a instalação de um portão para acesso de veículos no ambiente, conforme projeto.

Locar e nivelar o terreno conforme alinhamento definido em projeto. Escavar a superfície para posterior execução da mureta em concreto. Executar fôrmas de madeira da mureta, medidas 10x10cm. Preparar o concreto em betoneira, lançar e vibrar dentro das fôrmas. Realizar o acabamento superficial da mureta e manter a cura por no mínimo 7 dias.

Para os mourões, marcar os pontos de implantação com espaçamento regular de 2,60m entre eixos. Abrir cavas ou furos no solo para embutir os mourões (intermediários, de canto e esticadores), eles serão instalados a 0,5m de profundidade. Posicionar os mourões em prumo e alinhar com fio de referência. Fixar os mourões com concreto, garantindo estabilidade e resistência.

Para a tela, fixar fios de arame de sustentação (aramé guia) na parte superior, inferior. Esticar a tela de arame galvanizado, fixando-a inicialmente nos mourões de canto e esticadores. Prender a tela aos mourões intermediários utilizando arame galvanizado ou grampos metálicos, mantendo a uniformidade e tensão adequada. Garantir que a tela fique bem esticada, sem folgas ou deformações. Garantir tensão uniforme da tela de arame galvanizado. Limpar a área de trabalho e descartar resíduos adequadamente.

1.11.2 Andaimés:

1.11.2.1 Andaimé em cavaleté metálico para alvenaria, com chapa de compensado e tábuá, com reaproveitamento, inclusive montagem/desmontagem e remanejamento

Nos locais da escola que será feito a remoção e execução de novo revestimento nas paredes, será necessário andaimes para execução.

1.12 LIMPEZA

1.12.1 Limpeza:

1.12.1.1 Limpeza Geral da edificação

A obra deve ser entregue limpa, realizando a remoção de todo o entulho e lixo produzido pela construtora. Todas as partes externas que fazem parte do corpo da obra também devem ser devidamente limpas.

1.12.2 Transportes e retirada de entulho:

1.12.2.1 Transporte e carga manual de material a granel (ou demolição) em caçamba

Todo o material demolido (telhas, ripas, caibros, argamassas, concreto) deverá ser carregado em caçamba e posteriormente transportado e descartado pela empresa contratada, de forma que o canteiro de obras permaneça limpo durante os trabalhos.

1.13 OUTROS

1.13.1 COSTURA DE TRINCA COM GRAMPO, BARRA DE AÇO CA-60 Ø4,2MM, COMPRIMENTO TOTAL 40CM, ESPAÇAMENTO DE 15CM, INCLUSIVE CORTE, DOBRA E ARGAMASSA, TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), COM PREPARO MECANIZADO

Nos demais locais com trincas, deverá ser feito a recuperação:

Realizar a marcação da trinca ao longo de toda a sua extensão. Abrir a fissura em formato de "V" ou canal de aproximadamente 2 a 3 cm de largura, garantindo profundidade suficiente para ancoragem dos grampos. Fazer a limpeza da área, removendo poeira, partículas soltas e materiais pulverulentos.

Cortar barras de aço CA-60 Ø4,2 mm no comprimento especificado de 40 cm. Dobrar as extremidades dos grampos em ângulo adequado (aprox. 90°), garantindo ancoragem eficiente. Respeitar o espaçamento de 15 cm entre os grampos ao longo da trinca. Introduzir os grampos transversalmente à trinca, interligando as duas faces do elemento construtivo. Garantir que os grampos fiquem nivelados e firmemente posicionados. Aplicar argamassa de assentamento (traço 1:4, cimento e areia, preparo mecanizado), preenchendo integralmente o espaço aberto. Regularizar a superfície com desempenadeira ou colher de pedreiro, mantendo o nível do revestimento adjacente. Realizar a cura úmida da argamassa por no mínimo 72 horas, para evitar retrações e fissuras secundárias.

Formiga, 28 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br **IAGO DIAS LOPES**
Data: 03/11/2025 13:31:43-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Iago Dias Lopes

Arquiteto e Urbanista CAU: A150504-1

Coordenador do Setor de Projetos Estruturais

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO													
ESCOLA ESTADUAL / MUNICIPAL: E.M. Benedita Gomide Leite										SRE: Passos			
MUNICÍPIO / DISTRITO: Formiga-MG										ENDEREÇO: Av. Geraldo Almeida, nº 600, bairro Vargem Grande			
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL GERAL (C/BDI)	% INC.	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		TOTAL	
				%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR		
1	INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA	1.514,63	0,40%	100,00%	1.514,63	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	1.514,63	
2	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	53.568,24	14,06%	50,00%	26.784,12	50,00%	26.784,12		0,00		0,00	53.568,24	
3	TRABALHOS EM TERRA	2.574,95	0,68%	100,00%	2.574,95		0,00		0,00		0,00	2.574,95	
4	SUPERESTRUTURA	25.587,04	6,72%		0,00	50,00%	12.793,52	50,00%	12.793,52		0,00	25.587,04	
5	COBERTURA E FORRO	153.101,31	40,19%	30,00%	45.930,39	40,00%	61.240,52	30,00%	45.930,39		0,00	153.101,31	
6	ESQUADRIAS METÁLICAS	3.245,39	0,85%		0,00		0,00	100,00%	3.245,39		0,00	3.245,39	
7	FERRAGENS	149,96	0,04%		0,00		0,00	100,00%	149,96		0,00	149,96	
8	REVESTIMENTO	36.834,25	9,67%	30,00%	11.050,27	40,00%	14.733,70	30,00%	11.050,27		0,00	36.834,25	
9	PISOS E RODAPÉS	47.972,12	12,59%		0,00	30,00%	14.391,64	30,00%	14.391,64	40,00%	19.188,85	47.972,12	
10	PINTURA	21.342,40	5,60%		0,00		0,00	30,00%	6.402,72	70,00%	14.939,68	21.342,40	
11	DIVERSOS	17.388,37	4,56%	0,00%	0,00	15,00%	2.608,26	15,00%	2.608,26	70,00%	12.171,86	17.388,37	
12	LIMPEZA	16.904,88	4,44%	25,00%	4.226,22	25,00%	4.226,22	25,00%	4.226,22	25,00%	4.226,22	16.904,88	
13	OUTROS	776,89	0,20%		0,00	50,00%	388,44	50,00%	388,44		0,00	776,89	
TOTAL MENSAL				24,17%	92.080,60	36,01%	137.166,42	26,56%	101.186,81	13,26%	50.526,61	380.960,43	
TOTAL ACUMULADO		380.960,43	100,00%	24,17%	92.080,60	60,18%	229.247,01	86,74%	330.433,82	100,00%	380.960,43	380.960,43	
LOCAL / DATA: Formiga - MG, 28 de outubro de 2025													
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Iago Dias Lopes													
REPRESENTANTE LEGAL: Prefeito Municipal Coronel Laércio do Reis Gomes													

gov.br

Documento assinado digitalmente

IAGO DIAS LOPES

Data: 24/11/2025 11:13:38-0300

verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LAERCIO DOS REIS

GOMES:76137139

620

Assinado de forma digital por
LAERCIO DOS REIS
GOMES:76137139620
Data: 2025.11.24 16:58:30 -03'00'



PREFEITURA DE
Formiga
Deus no comando. Confiança no trabalho!
GESTÃO 2025-2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
Travessa Padre Leão João Dehon, nº 60, Santa Tereza
(37) 3329-1800 / 3322-4106

INFORMAÇÕES GERAIS

Município: Formiga - MG

Projeto: E.M. Benedita Gomide Leite

Data: 10/2025

Tipo de obra: Ampliação e Reforma de Edifícios

COMPOSIÇÃO BDI

ITENS	SIGLAS	% ADOTADA	LIMITES	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	4,00%		3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	SG	1,00%		0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%		0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,22%		0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	6,85%		6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%		3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%		0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%		0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração	BDI PAD	23,12%		20,34%	22,12%	25,00%


BDI calculado conforme fórmula:


$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - CP - ISS - CRPB)}$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 3%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Formiga, 28 de outubro de 2025


Prefeito Municipal Formiga - MG
Cel. Laércio dos Reis Gomes


Responsável Técnico
Iago Dias Lopes
Arquiteto e Urbanista
CAU: A150504-1



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
Travessa Padre Leão João Dehon, nº 60, Santa Tereza
(37) 3329-1800 / 3322-4106

INFORMAÇÕES GERAIS		REFERÊNCIA DE PREÇOS				
Município: Formiga - MG		PLANILHA REFERÊNCIA	DATA BASE			
Projeto: Reforma da Escola M. Benedita Gomide Leite		SETOP Central - Sem Desoneração	abr/25			
Data: 10/2025		SINAPI - Sem Desoneração	ago/25			
COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS						
CPU - 001	PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO, SEM USO DE FORMAS, INCLUSO JUNTAS DE DILATAÇÃO. BASEADO NA COMPOSIÇÃO SINAPI 94993					M2
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
SINAPI-I	7156	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-196, (3,11 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	M2	1,08160	24,87	26,89
SINAPI-I	1524	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANCAMENTO (NBR 8953)	M3	0,0739	561,39	41,48
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0727	31,21	2,26
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1704	22,64	3,85
CUSTO UNITÁRIO TOTAL S/ BDI						74,48

CPU - 002	TELA SOLDADA PARA LIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE TRINCA EM ALVENARIA/ESTRUTURA, INSTALADA COM PREGOS, EXCLUSIVE REBOCO			M2		
FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
SINAPI-I	40304	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	0,02880	21,68	0,62

SINAPI-I	37411	TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,24MM, MALHA 25 X 25 MM			
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES			
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES			
		M2	1,0000	16,11	16,11
		H	0,2095	31,21	6,53
		H	0,1048	22,64	2,37
		CUSTO UNITÁRIO TOTAL S/ BDI			25,63

Formiga, 28 de outubro de 2025

LAERCIO DOS REIS
Assinado de forma digital por
LAERCIO DOS REIS
GOMES:7613 620
GOMES:76137139 620

Prefeito Municipal Formiga - MG
Coronel Laércio dos Reis Gomes

Documento assinado digitalmente
IAGO DIAS LOPES
Data: 03/11/2025 15:58:18-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Responsável Técnico
Iago Dias Lopes
Arquiteto e Urbanista
CREA: A150504-1



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - DIRETORIA DE GESTÃO DE PARCERIAS E FISCALIZAÇÃO - PLANILHA DE SERVIÇOS - SEM DESONERAÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL: E.M. Benedita Gomide Leite		COD ESCOLA:		31234885		S.R.E.:		Passos	
MUNICÍPIO: Formiga - MG		ISS		3,00%		SERVIÇOS:		REFORMA	
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	ANALISADO		QUANT.	P. UNIT. (S/BDI)	P. UNIT. (C/BDI)	P. TOTAL (C/BDI)	LOCAL DE INTERVENÇÃO
010000	INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA								
010003	Fornecimento e colocação de placa dos serviços de engenharia em chapa galvanizada (3,00 X 1,50m) - Governo do Estado - (Ampliação e / ou Reforma acima de R\$ 30.000,00) Sera mediado por unidade de placa instalada (UN). O item remunera as placas de obras que deverão ser confeccionadas em chapa galvanizada 0,26. As chapas serão afixadas com rebites 540 e parafusos 3/8, em uma estrutura metálica com vigaU 2" enrijecida e Metalon 20x20. O suporte para a instalação deverá ser em Eucalipto Autoclavado. As pias serão pintadas na frente e no verso com fundo anticorrosivo e tinta automotiva. FORMATO: 3,00 x 1,50m. O tamanho da placa é definido em função do local da sua instalação /ou do valor dos serviços acima de R\$ 30.000,00, obedecendo à proporção de 6,00 x 3,00m e o manual de identificação viária do Governo de Minas	UN	1,00	1.230,21		1.514,63		1.514,63	1 unidade placa de obra
SUB-TOTAL =								1.514,63	
020000	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES								
97647	Remoção de telhas de fibrocimento metálica e cerâmica, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023 Será medido pela área de cobertura em projeção horizontal (m²) com os acréscimos: A) 5% para coberturas de 18% a 27% de inclinação; B) 8% para coberturas de 28% a 38% de inclinação; C) 12% para coberturas de 39% a 50% de inclinação.	M²	1086,24	3,85		4,74	5.148,92		área total do telhado para retirada = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68)*1,08 = 1.086,24m²
SINAPI									
100388	Retirada e recolocação de ripa em telhados de até 2 águas com telha cerâmica ou de concreto de encaixe, incluso transporte vertical. af_07/2019	M²	1005,78	23,71		29,19	29.360,48		área total do telhado para retirada = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) = 1.005,78m²
SINAPI									
020014	Retirada e recolocação de caibro em telhados de até 2 águas com telha cerâmica ou de concreto de encaixe, incluso transporte vertical. af_07/2019	M²	301,73	20,64		25,41	7.667,55		área total do telhado para retirada = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) x 0,3 = 301,73m²

104791	Demolição de argamassas, de forma de forma mecanizada com martelo, sem reaproveitamento. af_09/2023	M²	728,04	6,76	8,32	6.059,41	<p>Área total de demolição = [área das paredes internas: externa] = [comprimento] x [altura] = ((22,2 x 3) - ((2 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((5,8 x 3) + ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - (3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) (retirado por software autocad) = 728,04 m²</p>
SINAPI							
104800	Remoção de cercas e mourões, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	M	39,00	10,32	12,71	495,53	<p>Comprimento total = [comprimento cerca a retirar] = 39 (retirado por software autocad) = 39,00 m</p>
SINAPI							
020022	Demolição de piso cimentado inclusive a base sobre lastro de concreto.	M²	203,61	18,07	22,25	4.529,92	<p>Comprimento total = [área dos pisos das salas a demolir] = (96,53 + 46,56 + 45,88) + [área dos passeios laterais a demolir] = ((38,81 + 34,4) x 0,2) (retirado por software autocad) = 203,61m²</p>
	<p>Será medido por área real de piso cimentado, inclusive a base, demolido, medida no projeto ou aferida antes da demolição (m²).</p> <p>O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços: demolição, fragmentação de pisos cimentados, inclusive a base de assentamento, manualmente; a seleção e acomodação manual do entulho em lotes. A execução dos serviços deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e outras vigentes à época da execução dos serviços.</p>						
104767	Furo mecanizado em alvenaria, para instalações hidráulicas, diâmetros menores ou iguais a 40 mm. af_09/2023	UN	366,00	0,68	0,84	306,42	<p>Quantidade total = [3 furos a cada metro linear de parede] x [comprimento total de paredes] = 366 (retirado por software autocad) = 366 un</p>
SINAPI							
030000	TRABALHOS EM TERRA	SUB-TOTAL =					53.568,24

ED-51107	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,5m, inclusive descarga lateral	M ³	13,40	77,29	95,16	1.275,14	Volume total = [perímetro total de escavação] x [largura da vala] x [profundidade aproximada da viga baldrame] = (39,3 + 27,6 + 27,4 + 38,81 + 34,4) x 0,4 x 0,2 (retirado por software autocad) = 13,40 m ³
SETOP-MIG							
93382	Reaterro manual de valas, com compactador de solos de percussão. af_08/2023	M ³	13,40	28,30	34,84	466,90	Volume total = [perímetro total de escavação] x [largura da vala] x [profundidade aproximada da viga baldrame] = (39,3 + 27,6 + 27,4 + 38,81 + 34,4) x 0,4 x 0,2 (retirado por software autocad) = 13,40 m ³
SINAPI	Será medido pelo volume real escavado (m ³). O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária para a escavação manual em solo, de primeira ou segunda categoria, em campo aberto.						
97083	Compactação mecânica de solo para execução de radier, piso de concreto ou laje sobre solo, com compactador de solos a percussão af_09/2021	M ²	188,97	3,58	4,41	832,92	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m ²
SINAPI							
SUB-TOTAL =							2.574,95
050000	SUPERESTRUTURA						
92917	Armação de estruturas diversas de concreto armado, exceto vigas, pilares, lajes e fundações, utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af_06/2022	KG	28,91	14,02	17,26	499,03	Peso total = [quantidade de furos] x [comprimento aproximado da barra para transpassar a parede e servir de apoio para a malha] x [peso por metro] = 366 x 0,2 x 0,395 = 28,91 kg
SINAPI							
CPU-002	Tela soldada para ligação e prevenção de trinca em alvenaria/estrutura, instalada com pregos, exclusive reboco	M ²	795,04	25,63	31,56	25.088,01	Área total de tela = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] + [área da viga baldrame] = ((22,2 x 3) - ((2 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + (5,8 x 3) + ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((38,81 + 34,4) x 0,4) + ((39,3 + 27,6 + 27,4) x 0,4) (retirado por software autocad) = 795,04 m ²
SUB-TOTAL =							25.587,04
COMPOSIÇÃO							
070000	COBERTURA EFORRO						
070100	Fornecimento, transporte e colocação de telhas, tipo:						

070105	Telhamento com telha cerâmica capa-canal, tipo colonial, com até 2 águas, incluso transporte vertical. af_07/2019 Será medido pela área de cobertura em projeção horizontal (m²) com os acréscimos: A) 5% para coberturas de 18% a 27% de inclinação; B) 8% para coberturas de 28% a 38% de inclinação; C) 12% para coberturas de 39% a 50% de inclinação.	M²	1086,24	88,22	108,62	117.983,55	área total do telhado = 27,04 + 24,21 + (421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68)*1,08 = 1.086,24m²
070200	<u>Fornecimento, transporte e colocação de cumeeira e espigão:</u>						
070201	Para telha cerâmica referência 3 unidades / m Será medido pelo comprimento executado (m). O item remunera o fornecimento das peças de cumeeiras e ou espigão, materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para o assentamento e emboçamento das peças.	M	129,89	35,47	43,67	5.672,38	Comprimento das cumeeiras = 53,33 + 53,93 + 11,80 + 10,83 = 129,89 m
070205	Emboçamento da fiada lateral de telha cerâmica com argamassa de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar, no traço 1:2:9 Será medido pelo comprimento executado (m). O item remunera o fornecimento dos materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para o assentamento e emboçamento da fiada lateral fiada de telhas cerâmicas.	M	46,05	16,18	19,92	917,35	Comprimento a ser executado = 8,1 + 12,15 + 8,9 + 8,9 + 8 = 46,05m
4408	Ripa nao aparelhada, *1,5 x 5* cm, em macaranduba/massaranduba, angelim ou equivalente da região - bruta	M	780,89	3,43	4,22	3.297,71	área total do telhado para retirada = [área do telhado] x [porcentagem das ripas do telhado de acordo com a área que deverão ser trocadas] x [coeficiente do uso de ripa por metro quadrado de telhado] = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68)*0,3 * 2,588 = 780,89m
SINAPI-I							
4430	Caibro nao aparelhado *5 x 6* cm, em macaranduba/massaranduba, angelim ou equivalente da região - bruta	M	590,19	18,00	22,16	13.079,55	área total do telhado para retirada = [área do telhado] x [porcentagem dos caibros do telhado de acordo com a área que deverão ser trocadas] x [coeficiente do uso de caibros por metro quadrado de telhado] = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68)*0,3 * 1,956 = 590,19m
SINAPI-I							
94232	Amarração de telhas cerâmicas ou de concreto. af_07/2019	UN	3046,00	3,24	3,99	12.150,76	Amarração nos beirais: (53,33 x 2) + 7,90 + 11,95 + (53,93 x 2) + (8,70 x 2) + (6,32 x 2) + (3,40 x 2) + 8 = 278,01
SINAPI							

							metros 278,01 / 0,18 = 1545 unidades de telhas Amarração nas cumeeiras: 106,66 + 106,66 + 11,80 + 11,80 + 10,71 + 10,71 = 258,34 metros 258,34 / 0,18 = 1436 unidades de telhas Amarração das telhas laterais: [7,90 - (0,46 x 4)] + [8,70 - (0,46 x 4)] x 2 + [11,95 - (0,46 x 4)] = 29,89 metros 29,89 / 0,46 = 65 unidades de telhas Total de telhas = 1545 + 1436 + 65 = 3046 unidades
							SUB-TOTAL =
							153.101,31
120000	ESQUADRIAS METÁLICAS						
120100	Fornecimento e instalação de:						
120101	Porta metálica, tipo de abrir, com uma (1) folha, em chapa galvanizada lambil, modelo quadrado, fornecimento e assentamento, EXCLUSIVE fechadura, targeta e dobradiça	M²	5,40	488,14	601,00	3.245,39	Área total = [largura do portão] x [altura do portão] = 3,00 x 1,80 (retirado por software autocad) = 5,40 m² - CADA FOLHA TERÁ 2,70M²
							SUB-TOTAL =
							3.245,39
130000	FERRAGENS						
130100	Fornecimento e instalação de:						
130106	Dobradiça de ferro, medidas (3.1/2"x3"), tipo pino solto com bola, acabamento cromado, inclusive acessórios para fixação	UN	6	20,30	24,99	149,96	3 dobradiças para cada folha do portão x quantidade de folhas = 2 = total = 6 unidades
							SUB-TOTAL =
							149,96
140000	REVESTIMENTO						
140100	Execução de:						

140103	Revestimento camada única 1:3, cimento e areia e=20mm (emboço desempenado)	M²	795,04	32,71	40,27	32.018,29	Área total paredes = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] + [área da viga baldrame] - [área esquadrias] = ((22,2 x 3) - ((2 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1)) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1)) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - (3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1)) + ((38,81 + 34,4) x 0,4) + ((39,3 + 27,6 + 27,4) x 0,4) (retirado por software autocad) = 795,04 m²
87879 SINAPI	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 400l. af_10/2022	M²	795,04	4,92	6,06	4.815,96	Área total de chapisco = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] + [área da viga baldrame] - [área esquadrias] = ((22,2 x 3) - ((2 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1)) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1)) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - (3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1)) + ((38,81 + 34,4) x 0,4) + ((39,3 + 27,6 + 27,4) x 0,4) (retirado por software autocad) = 795,04 m²
150000	PISOS E RODAPÉS	SUB-TOTAL =					36.834,25
150100	Fornecimento e assentamento de pisos, em:						
CPU-001	Piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado, sem uso de formas, incluso juntas de dilatação. baseado na composição sinapi 94993	M²	188,97	74,48	91,70	17.328,51	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²
COMPOSIÇÃO							
150111	Piso cimentado com argamassa de cimento e areia sem penejar, traço 1:3, e=2,5cm Será medido pela área onde será executado, na espessura mínima de 2,5 cm (m³).	M²	188,97	60,03	73,91	13.966,57	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²

150200	Fornecimento e instalação de rodapés	M	66,84	19,66	24,21	1.617,89	COMPRIMENTO DO RODAPÉ COLOCADO = PERÍMETRO SALAS INTERNAMENTE = 39,24+27,6 = 66,84M
150202	Argamassa H=7cm (traço 1:3) Será medido por comprimento de rodapé colocado (m). O item remunera o fornecimento de material e a execução de rodapé em argamassa no traço 1:3 de cimento cal e areia.						
150300	Contra- piso e regularização:						
150302	Regularização sarrafeada de base para revestimento de piso com argamassa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, e=3cm Será medido pela área onde será executado, na espessura mínima de 3 cm (m²). O item remunera o fornecimento de cimento, areia e a mão-de-obra necessário para a regularização do contra piso acertando o contrapiso para o recebimento do piso com a utilização de régua para um perfeito acabamento.	M²	188,97	44,81	55,17	10.425,49	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²
150400	Outros (fornecimento e assentamento):						
150405	Passeio de concreto e= 8 cm, Fck 15 Mpa, c/ preparo p/ terreno, incluindo preparo de caixa, sem revestimento com argamassa de cimento e areia Será medido pela área de piso concretado (m²). O item remunera o fornecimento de cimento; areia; pedra britada nº 1; ripa de Cupiúba ou Paraju; remunera também o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para o preparo do concreto, preparo da caixa, lançamento e a execução do passeio com acabamento desempenado, em concreto preparado no local.	M²	14,64	75,32	92,73	1.357,81	área total dos passeios externo a serem reconstruídos = [área dos passeios a demolir] = ((38,81 + 34,4) x 0,2) (retirado por software autocad) = 14,64 m²
ED-50464	Pintura com resina acrílica em pisos cimentados, duas (2) demãos, com aplicação manual, inclusive preparação e limpeza da superfície 1) Será medido pela área de superfície com aplicação de resina acrílica plastificante, deduzindo-se toda e qualquer interferência (m²).	M²	188,97	14,08	17,34	3.275,85	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²
SETOP-MIG							
			SUB-TOTAL =			47.972,12	
170000	PINTURA						
170100	Pintura:						
170103	Tinta acrílica em parede, sem emassamento (duas demãos)	M²	728,04	23,81	29,31	21.342,40	

		Será medido pela área de superfície preparada e pintada, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas, filetes ou molduras. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas, filetes ou molduras desenvolvidas (m²). O item remunera o fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica: tinta à base de emulsão 100% acrílica, solúvel em água, acabamento fosco acetinado, materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta acrílica, em duas demãos conforme especificações do fabricante, sobre superfície revestida com massa ou não.				Área externa total = [perímetro total das paredes] x [altura da parede] = ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) (retirado por software autocad) = 335,57 m² + Área interna total = [perímetro total ds paredes] x [altura da parede] = ((22,2 x 3) - ((2 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + (5,8 x 3) (retirado por software autocad) = 392,47 m² = total = 728,04m²			
190000		DIVERSOS		SUB-TOTAL =		21.342,40			
190100	Execução de:								
98522	Alambrado em mourões de concreto, com tela de arame galvanizado (inclusive mureta em concreto). af_05/2018	M	76,80	179,04	220,43	16.929,33	Comprimento total = [comprimento cerca a executar] = 76,80 (retirado por software autocad) = 76,80 m		
SINAPI									
190600	Andaimes								
190601	Andaime em cavalete metálico para alvenaria, com chapa de compensado e tábua, com reaproveitamento, inclusive montagem/desmontagem e remanejamento	M	227,34	1,64	2,02	459,04	PERÍMETRO TOTAL DE ALVENARIA A SER ALTERADA = 24,54+23,60+38,91+40,43+27,60+27,40+44,86 = 227,34M		
230000	LIMPEZA	SUB-TOTAL =				17.388,37			
230100	Limpeza:								
230101	Limpeza Geral da edificação	M²	558,90	7,58	9,33	5.215,93	Área total = [comprimento] * [largura] =		

Será medido pela área, na projeção horizontal, de obra limpa (m²).
O item remunera o fornecimento do material e a mão-de-obra necessários para a limpeza geral de pisos, paredes, vidros, áreas externas, bancadas, louças, metais, etc., removendo-se materiais excedentes e resíduos de sujeiras, deixando a obra pronta para a utilização.

230200

Transportes e retirada de entulho:
Será medido por volume, atendo na caçamba ou caminhão (m³).
O item remunera o fornecimento dos serviços de carregamento manual até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade, abrangendo:
A) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e outras vigentes à época da execução dos serviços;
B) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;
C) Fornecimento da mão-de-obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;
D) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;
E) A mão-de-obra de material de acabamento e de acabamento

Área da obra:
Sala 07: 45,82m²
Sala 06: 46,40m²
Biblioteca: 47,29m²
Sala 05: 24,00m²
Depósito: 47,29m²
Sala 04: 34,80m²
Sala 03: 45,82m²
Foi considerado a área referente a um perímetro de 1 metro da projeção do telhado para contabilizar a limpeza devido as obras do telhado: 267,48m²
(Retirado por software autocad)
Total: 558,90 m²

F) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o "Controle de Transporte de Resíduos" (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação, conforme exigências das normas NBR 15112, NBR15113 e NBR15114;
G) Estão incluídos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas.

230201 Transporte e carga manual de material a granel (ou demolição) em caçamba

M³ 87,79 108,15 133,15 11.688,95

Volume total = [área de demolição do revestimento das paredes] x [espessura aproximada do reboco] + [volume de demolição do piso] + [volume de demolição das telhas] + [ripas e calibros retirados] x [coeficiente que relaciona a quantidade de volume sob o material] = ((728,04 x 0,02) + (20,36) + (1005,78 x 0,02) + (790,89 x 0,015 x 0,05) + (590,19 x 0,05 x 0,06) x 1,529352) = 87,79 m³

260000 OUTROS SUB-TOTAL = 16.904,88

ED-8005 SETOP-MG	Costura de trinca com grampo, barra de aço ca-60 Ø4,2mm, comprimento total 40cm, espaçamento de 15cm, inclusive corte, dobra e argamassa, traço 1:4 (cimento e areia), com preparo mecanizado	M	20,00	31,55	38,84	776,89	Comprimento total de trincas = [comprimento aproximado de outras trincas edificação] = 20 = 20 m
------------------	---	---	-------	-------	-------	--------	--

SUB-TOTAL =				776,89			
TOTAL CUSTO =				380.960,43 *			
23,12% BDI OBRA =				23,12 *			
TOTAL GERAL =				380.960,43 -			

QUANDO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ASSEGURAR QUE A EMPRESA TENHA EM SEU PODER CÓPIA DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES		BASE REVOO
Nome do técnico responsável pela elaboração da planilha: Iago Dias Lopes		DATA: 28/10/25
Nome do responsável legal pelo município: Prefeito Municipal Coronel Laércio do Reis Gomes		elaboração: 28/10/25
CREA/CAU/CFT: A150504-1		



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Estudo Técnico Preliminar para planejamento de uma contratação, para assegurar e embasar o Termo de Referência, conforme previsto na **Lei 14.133/2021**. O objeto principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. O Objetivo deste estudo é a contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.

1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A execução da obra de reforma da é de extrema importância, se caracteriza como medida essencial para garantir o bem-estar, a segurança física e o pleno desenvolvimento das crianças atendidas. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu artigo 4º, é dever do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à dignidade e à educação. Dessa forma, oferecer um ambiente seguro e adequado é requisito legal e socialmente indispensável.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, prevê que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com prioridade absoluta, o direito à proteção e ao desenvolvimento, em condições dignas de existência. Portanto, a estrutura física da Escola Municipal deve estar em conformidade com a promoção de ambientes pedagógicos saudáveis, que proporcionem experiências significativas e seguras, estimulando a exploração, a criatividade e a socialização. Um espaço

med



deteriorado ou inadequado pode comprometer tanto a integridade física quanto o processo de aprendizagem, ferindo o princípio da proteção integral.

Através de vistoria técnica in loco, feita pelo Setor de Projetos Estruturais, foram levantados os serviços necessários à manutenção do imóvel, sendo estes indispensáveis para o funcionamento do prédio.

Justifica-se ainda a contratação destes serviços pelo fato da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e a Secretaria Municipal de Obras e Trânsito não possuírem servidores qualificados para a execução dos serviços.

2. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A contratação pretendida apresenta-se em conformidade com as demandas que o Município planeja contratar, haja vista que em anos anteriores, esta se mostrou fundamental para dar seguimento ao planejamento de melhorias do Município. Logo especificações que serão expostas neste Estudo, obedeceram a veemente a realidade do Município, não extrapolando ou minimizando a quantidade e solução a ser alcançada. A elaboração do Plano Anual de Contratação tem como fulcro o alinhamento da demanda com os instrumentos de planejamento do Município, conforme **Artigo 18, §1º, II da Lei 14.133** e **Artigo 9º, IX da Instrução Normativa SEGES nº58/2022**. Registra-se, porém que esta Administração Pública não conta com um Plano Anual de Contratação finalizado, que embora recomendável para melhorar a governança das contratações a **Lei 14.133/21**, não obriga sua elaboração.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá:

- Arcar com todos os custos para a execução dos serviços contratados e se a mesma não for situada no Município de Formiga deverá arcar também com o custo de deslocamento;
- Arcar com o material específico necessário para a execução do objeto.
- Executar o serviço em conformidade com a descrição técnica dos projetos, planilhas e memoriais.



- Apresentar Certidão de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa e do (s) seu (s) Responsável (eis) Técnico (s) detentor (es) do (s) atestado (s).
- Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) conforme solicitado no Termo de Referência.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

O estimativo de quantitativo da a contratação de empresa especializada estará descrito a seguir.

ITEM	Descrição	Unid.	Quant.	Estimativa total
01	A contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.	SV	01	R\$380.960,43
TOTAL				R\$380.960,43

Os serviços a serem realizados foram identificados e definidos após vistoria *in loco* realizada pela equipe técnica desta secretaria, bem como durante a elaboração dos projetos. Desta forma os projetos, a memória de cálculo e a planilha orçamentária trarão o local, o quantitativo, bem como os serviços que serão executados na obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO



5.1 Considerando a análise das alternativas possíveis, sob os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, sustentabilidade e demais princípios aplicáveis, foi realizado um levantamento de mercado para a escolha do tipo de solução a contratar.

5.2 Por se tratar de uma obra, com Projetos Executivos e demais serviços de engenharia necessários para execução do empreendimento, não se vislumbra no mercado outra solução que não seja a contratação de empresa especializada em engenharia, visto que a secretaria de Educação e Esportes e Secretaria de Obras e Trânsito não possuem equipamentos e mão de obra qualificada para atender a demanda.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem valor estimado de **R\$380.960,43/(trezentos e oitenta mil novecentos e sessenta reais e quarenta e três centavos)**. A elaboração da planilha orçamentária deu-se por meio da utilização das tabelas referenciais da SEE e para os itens não encontrados foram utilizados tabelas referenciais do SINAPI como data base 08/2025 (Não desonerado) região de Coleta de Belo Horizonte MG, e SETOP, tendo como data base 04/2025 (Não desonerado) região Central de Minas Gerais.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Optou-se pela utilização da modalidade Concorrência, haja vista que se trata contratação de obras e serviços comuns de engenharia, com fundamento no **Artigo 28, II e artigo 6, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021**. A solução para a demanda é a contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.

Por se tratar de uma obra, com Projetos Executivos e demais serviços de engenharia necessários para execução do empreendimento, não se vislumbra no mercado outra solução que não seja a contratação de empresa especializada em



engenharia, visto que a secretaria de Educação e Esportes e Secretaria de Obras e Trânsito não possuem equipamentos e mão de obra qualificada para atender a demanda.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO DA SOLUÇÃO)

Por se tratar de obra de reforma de edificação única, é inviável o parcelamento do objeto para mais de uma empresa uma vez que, a execução dos serviços por uma única contratada visa também garantir a segurança da construção e a possibilidade de cobrança de garantia dos serviços executados, mediante a responsabilização da contratada por possíveis falhas identificadas durante e após a entrega da obra, dessa forma, a contratada não poderá atribuir a outrem a responsabilidade por eventuais falhas em qualquer etapa do serviço.

9. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O contrato vigorará pelo prazo de **05 (cinco) meses**, a contar da sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, na forma do **Artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021**, o prazo da execução da obra é de **04 (quatro) meses**, podendo o contrato ser prorrogado nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se com a realização desta contratação melhoras no desenvolvimento social e educacional do município, assegurando às crianças condições dignas para seu crescimento e aprendizado, fortalecimento do vínculo escola-comunidade, demonstrando compromisso público com os alunos dos anos iniciais, contribuindo positivamente com a comunidade local que circundam o prédio.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Em decorrência da natureza do objeto a ser contratado, não serão necessárias adaptações para a execução do objeto.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/ INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para viabilidade e contratação da demanda.



13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

13.1 Na execução dos serviços iniciais haverá a necessidade de realizar a demolição de pisos, argamassas de paredes, remoção de telhas em cerâmica e remoção de cercas e mourões, gerando assim resíduos. A **Resolução CONAMA nº 307/2002** define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida, caracterizada como uma obra de engenharia, implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil de modo que deverá a futura Contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais

Diante disso, na execução dos serviços caberá a Contratada a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução dos serviços.

13.2 Outro possível impacto é a geração de ruídos, ocasionado pelo funcionamento dos equipamentos utilizados na execução de parte da obra. Trata-se de um impacto de curta duração. A realização de manutenções no mesmo pode reduzir bastante a ocorrência de ruídos.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conforme fundamentação presente neste estudo à contratação do objeto supracitado mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária. Diante do exposto, declara ser viável a contratação pretendida, devendo esta ocorrer por meio de concorrência, em observância aos princípios de economicidade, eficiência e eficácia, sendo viável do ponto de vista mercadológico e econômico.



Formiga – MG, 25 de novembro de 2025.

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Autorizado por:

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Secretária Municipal de Educação e Esportes


El

Elaborado por:

Iago Dias Lopes

Setor de Projetos Estruturais

colata ETP.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - DIRETORIA DE GESTÃO DE PARCERIAS E FISCALIZAÇÃO - PLANILHA DE SERVIÇOS - SEM DESONERAÇÃO									
		Passos							
ESCOLA MUNICIPAL: E.M. Benedita Gomide Leite		COD ESCOLA:		31234885	S.R.E.:				
MUNICÍPIO: Formiga - MG		ISS		3,00%	SERVIÇOS:		REFORMA		
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	ANALISADO		P. UNIT. (C/BDI)	P. TOTAL (C/BDI)	LOCAL DE INTERVENÇÃO	
				P. UNIT. (S/BDI)					
010000	INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA								
010003	Fornecimento e colocação de placa dos serviços de engenharia em chapa galvanizada (3,00 X 1,50m) - Governo do Estado - (Ampliação e / ou Reforma acima de R\$ 30.000,00). Sera medido por unidade de placa instalada (UN). O item remunera as placas de obras que deverão ser confeccionadas em chapa galvanizada 0,26. As chapas serão afixadas com rebites 5/40 e parafusos 3/8, em uma estrutura metálica com viga U 2" enrijecida e Metalon 20x20. O suporte para a instalação deverá ser em Eucalipto Autoclavado. As placas serão pintadas na frente e no verso com fundo anticorrosivo e tinta automotiva. FORMATO: 3,00 x 1,50m. O tamanho da placa é definido em função do local da sua instalação e/ou do valor dos serviços acima de R\$ 30.000,00, obedecendo à proporção de 6,00 x 3,00m e o manual de identificação oficial do Governo do Minas	UN	1,00	1.230,21	1.514,63	1.514,63	1 unidade placa de obra		
				SUB-TOTAL =			1.514,63		
020000	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES								
97647	Remoção de telhas de fibrocimento metálica e cerâmica, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	M²	1086,24	3,85	4,74	5.148,92	área total do telhado para retirada = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68)*1,08 = 1.086,24m²		
SINAPI	Será medido pela área de cobertura em projeção horizontal (m²) com os acréscimos: A) 5% para coberturas de 18% a 27% de inclinação; B) 8% para coberturas de 28% a 38% de inclinação; C) 12% para coberturas de 39% a 50% de inclinação.								
100388	Retirada e recolocação de ripa em telhados de até 2 águas com telha cerâmica ou de concreto de encaixe, incluso transporte vertical. af_07/2019	M²	1005,78	23,71	29,19	29.360,48	área total do telhado para retirada = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) = 1.005,78m²		
SINAPI									
020014	Retirada e recolocação de caibro em telhados de até 2 águas com telha cerâmica ou de concreto de encaixe, incluso transporte vertical. af_07/2019	M²	301,73	20,64	25,41	7.667,55	área total do telhado para retirada = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68) x 0,3 = 301,73m²		

104791	Demolição de argamassas, de forma de forma mecanizada com martete, sem reaproveitamento. af_09/2023	M²	728,04	6,76	8,32	6.059,41	<p>Área total de demolição = [área das paredes internas externa] = [comprimento] x [altura] = (22,2 x 3) - ((2 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1)) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (1 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((5,8 x 3) + ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - (3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) (retrado por software autocad) = 728,04 m²</p>
104800	Remoção de cercas e mourões, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	M	39,00	10,32	12,71	495,53	<p>Comprimento total = [comprimento cerca a retirar] = 39 (retrado por software autocad) = 39,00 m</p>
020022	Demolição de piso cimentado inclusive a base sobre lastro de concreto.	M²	203,61	18,07	22,25	4.529,92	<p>Volume total = [área dos pisos das salas a demolir] = (96,53 + 46,56 + 45,88) + [área dos passeios laterais a demolir] = ((38,81 + 34,4) x 0,2) (retrado por software autocad) = 203,61m²</p>
104767	Furo mecanizado em alvenaria, para instalações hidráulicas, diâmetros menores ou iguais a 40 mm. af_09/2023	UN	366,00	0,68	0,84	306,42	<p>Quantidade total = [3 furos a cada metro linear de parede] x [comprimento total de paredes] = 366 (retrado por software autocad) = 366 un</p>
SINAPI							
030000	TRABALHOS EM TERRA	SUB-TOTAL =				53.568,24	

ED-51107	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,5m, inclusive descarga lateral	M ³	13,40	77,29	95,16	1.275,14	Volume total = [perímetro total de escavação] x [largura da vala] x [profundidade aproximada da viga baldrame] = (39,3 + 27,6 + 27,4 + 38,81 + 34,4) x 0,4 x 0,2 (retirado por software autocad) = 13,40 m ³
SETOP-MG							
93382	Reaterro manual de valas, com compactador de solos de percussão. af_08/2023	M ³	13,40	28,30	34,84	466,90	Volume total = [perímetro total de escavação] x [largura da vala] x [profundidade aproximada da viga baldrame] = (39,3 + 27,6 + 27,4 + 38,81 + 34,4) x 0,4 x 0,2 (retirado por software autocad) = 13,40 m ³
SINAPI	Será medido pelo volume real escavado (m ³). O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária para a escavação manual em solo, de primeira ou segunda categoria, em campo aberto.						
97083	Compactação mecânica de solo para execução de radier, piso de concreto ou laje sobre solo, com compactador de solos a percussão. af_09/2021	M ²	188,97	3,58	4,41	832,92	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m ²
SINAPI							
SUB-TOTAL =							2.574,95
050000	SUPERESTRUTURA						
92917	Armação de estruturas diversas de concreto armado, exceto vigas, pilares, lajes e fundações, utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af_06/2022	KG	28,91	14,02	17,26	499,03	Peso total = [quantidade de furos] x [comprimento aproximado da barra para transpassar a parede e servir de apoio para a malha] x [peso por metro] = 366 x 0,2 x 0,395 = 28,91 kg
SINAPI							
CPU-002	Tela soldada para ligação e prevenção de trinca em alvenaria/estrutura, instalada com pregos, exclusive reboco	M ²	795,04	25,63	31,56	25.088,01	Área total de tela = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] + [área da viga baldrame] = ((22,2 x 3) - ((2 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((5,8 x 3) + ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((38,81 + 34,4) x 0,4) + ((39,3 + 27,6 + 27,4) x 0,4) (retirado por software autocad) = 795,04 m ²
COMPOSIÇÃO							
SUB-TOTAL =							25.587,04
070000	COBERTURA E FORRO						
070100	Fornecimento, transporte e colocação de telhas, tipo:						

070105	Telhamento com telha cerâmica capa-canal, tipo colonial, com até 2 águas, incluso transporte vertical. af_07/2019 Será medido pela área de cobertura em projeção horizontal (m²) com os acréscimos: A) 5% para coberturas de 18% a 27% de inclinação; B) 8% para coberturas de 28% a 38% de inclinação; C) 12% para coberturas de 39% a 50% de inclinação.	M²	1086,24	88,22	108,62	117.983,55	área total do telhado = 27,04 + 24,21 + (421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68)*1,08 = 1.086,24m²
070200	<u>Fornecimento, transporte e colocação de cumeeira e espigão:</u>						
070201	Para telha cerâmica referência 3 unidades / m Será medido pelo comprimento executado (m). O item remunera o fornecimento das peças de cumeeiras e ou espigão, materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para o assentamento e emboçamento das peças.	M	129,89	35,47	43,67	5.672,38	Comprimento das cumeeiras = 53,33 + 53,93 + 11,80 + 10,83 = 129,89 m
070205	Emboçamento da fiada lateral de telha cerâmica com argamassa de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar, no traço 1:2:9 Será medido pelo comprimento executado (m). O item remunera o fornecimento dos materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para o assentamento e emboçamento da fiada lateral fiada de telhas cerâmicas.	M	46,05	16,18	19,92	917,35	Comprimento a ser executado = 8,1 + 12,15 + 8,9 + 8,5 + 8 = 46,05m
4408	Ripa nao aparelhada, *1,5 x 5* cm, em macaranduba/massaranduba, angelim ou equivalente da regioao - bruta	M	780,89	3,43	4,22	3.297,71	área total do telhado para retirada = [área do telhado] x [porcentagem das ripas do telhado de acordo com a área que deverão ser trocadas] x [coeficiente do uso de ripas por metro quadrado de telhado] = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68)*0,3 * 2,588 = 780,85m
SINAPI-I							
4430	Calbro nao aparelhado *5 x 6* cm, em macaranduba/massaranduba, angelim ou equivalente da regioao - bruta	M	590,19	18,00	22,16	13.079,55	área total do telhado para retirada = [área do telhado] x [porcentagem dos calbros do telhado de acordo com a área que deverão ser trocadas] x [coeficiente do uso de calbros por metro quadrado de telhado] = (27,04 + 24,21 + 421,33 + 22,14 + 458,38 + 52,68)*0,3 * 1,956 = 590,19m
SINAPI-I							
94232	Amarração de telhas cerâmicas ou de concreto. af_07/2019	UN	3046,00	3,24	3,99	12.150,76	Amarração nos beirais: (53,33 x 2) + 7,90 + 11,95 + (53,33 x 2) + (8,70 x 2) + (6,32 x 2) + (3,40 x 2) + 8 = 278,01
SINAPI							

							metros 278,01 / 0,18 = 1545 unidades de telhas Amarração nas cumeeiras: 106,66 + 106,66 + 11,80 + 11,80 + 10,71 + 10,71 = 258,34 metros 258,34 / 0,18 = 1436 unidades de telhas Amarração das telhas laterais: [7,90 - (0,46 x 4)] + [8,70 - (0,46 x 4)] x 2 + [11,95 - (0,46 x 4)] = 29,89 metros 29,89 / 0,46 = 65 unidades de telhas Total de telhas = 1545 + 1436 + 65 = 3046 unidades
							153.101,31
							SUB-TOTAL =
120000	ESQUADRIAS METÁLICAS						
120100	Fornecimento e instalação de:						
120101	Porta metálica, tipo de abrir, com uma (1) folha, em chapa galvanizada lambil, modelo quadrado, fornecimento e assentamento, EXCLUSIVE fechadura, targeta e dobradiça	M²	5,40	488,14	601,00	3.245,39	
	Será medido por área de porta / portão instalado (m²). O item remunera o fornecimento da porta e / ou portão de abrir, sob medida, com uma folha, constituído por: folha da porta em chapa de ferro nº 18 (MSG), numa face, com ou sem abertura; requadro para a estrutura da folha da porta, em perfil de chapa de ferro nº 18 MSG; tipo tubular; batentes em perfil de chapa dobrada em chapa de ferro nº 14 (MSG); jogo completo de ferragens, inclusive cimento, areia, materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a instalação e fixação da porta e do batente. Remunera também materiais acessórios e mão de obra para a execução de duas demãos de zarcão e duas demãos de esmalte.						Área total = [largura do portão] x [altura do portão] = 3,00 x 1,80 (retirado por software autocad) = 5,40 m² - CADA FOLHA TERÁ 2,70M²
							SUB-TOTAL =
							3.245,39
130000	FERRAGENS						
130100	Fornecimento e instalação de:						
130106	Dobradiça de ferro, medidas (3.1/2"x3"), tipo pino solto com bola, acabamento cromado, inclusive acessórios para fixação	UN	6	20,30	24,99	149,96	
	Será medido por unidade de dobradiça instalada (un). O item remunera o fornecimento da dobradiça com anéis, reforçada, em ferro ou latão cromado de 3 1/2" x 3", com capacidade de peso mínimo de 35 kg. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação.						3 dobradiças para cada folha do portão x quantidade de folhas = 2 = total = 6 unidades
							SUB-TOTAL =
							149,96
140000	REVESTIMENTO						
140100	Execução de:						

140103	Revestimento camada única 1:3, cimento e areia e=20mm (emboço desempenado)	M²	795,04	32,71	40,27	32.018,29	Área total paredes = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] + [área da viga baldrame] – [área esquadrias] = ((22,2 x 3) - ((2 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - (3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1)) + ((38,81 + 344) x 0,4) + ((39,3 + 27,6 + 27,4) x 0,4) (retirado por software autocad) = 795,04 m²
87879	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 400l. af_10/2022	M²	795,04	4,92	6,06	4.815,96	Área total de chapisco = [área das paredes internas e externa] = [comprimento] x [altura] + [área da viga baldrame] – [área esquadrias] = ((22,2 x 3) - ((2 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - (3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1)) + ((38,81 + 344) x 0,4) + ((39,3 + 27,6 + 27,4) x 0,4) (retirado por software autocad) = 795,04 m²
SINAPI							
150000	PISOS E RODAPÉS	SUB-TOTAL =					36.834,25
150100	Fornecimento e assentamento de pisos, em:						
CPU-001	Piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado, sem uso de formas, incluso juntas de dilatação, baseado na composição sinapi 94993	M²	188,97	74,48	91,70	17.328,51	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] : (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²
150111	Piso cimentado com argamassa de cimento e areia sem penetrar, traço 1:3, e=2,5cm Será medido pela área onde será executado, na espessura mínima de 2,5 cm (m²). O item remunera o fornecimento de cimento, areia e a mão-de-obra necessária para a execução do piso cimentado, acabamento desempenado e feltrado, com modulação 100 x 100cm inclusive junta plástica	M²	188,97	60,03	73,91	13.966,57	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] : (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²

150200	Fornecimento e instalação de rodapés	M	66,84	19,66	24,21	1.617,89	COMPRIMENTO DO RODAPÉ COLOCADO = PERÍMETRO SALAS INTERNAMENTE = 39,24+27,6 = 66,84M
150202	Argamassa H=7cm (traço 1:3) Será medido por comprimento de rodapé colocado (m). O item remunera o fornecimento de material e a execução de rodapé em argamassa no traço 1:3 de cimento cal e areia.						
150300	Contra-piso e regularização: Regularização sarrafeada de base para revestimento de piso com argamassa de cimento e areia sem penetrar traço 1:3, e=3cm	M²	188,97	44,81	55,17	10.425,49	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²
150302	Será medido pela área onde será executado, na espessura mínima de 3 cm (m²). O item remunera o fornecimento de cimento, areia e a mão-de-obra necessária para a regularização do contra piso acertando o contrapiso para o recebimento do piso com a utilização de régua para um perfeito acabamento.						
150400	Outros (fornecimento e assentamento):						área total dos passeios externo a serem reconstruídos = [área dos passeios a demolir] = ((38,81 + 34,4) x 0,2) (retirado por software autocad) = 14,64 m²
150405	Passeio de concreto e= 8 cm, Fck 15 Mpa, c/ preparo p/ terreno, incluindo preparo de caixa, sem revestimento com argamassa de cimento e areia Será medido pela área de piso concretado (m²). O item remunera o fornecimento de cimento; areia; pedra britada nº 1; ripa de Cupiúba ou Paraju; remunera também o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para o preparo do concreto, preparo da caixa, lançamento e a execução do passeio com acabamento desempenado, em concreto preparado no local.	M²	14,64	75,32	92,73	1.357,81	
ED-50464	Pintura com resina acrílica em pisos cimentados, duas (2) demãos, com aplicação manual, inclusive preparação e limpeza da superfície 1) Será medido pela área de superfície com aplicação de resina acrílica plastificante, deduzindo-se toda e qualquer interferência (m²)	M²	188,97	14,08	17,34	3.275,85	Área total = [área de piso] = [comprimento x largura] = (96,53 + 46,56 + 45,88) (retirado por software autocad) = 188,97 m²
SETOP-MG							
SUB-TOTAL =						47.972,12	
170000	PINTURA						
170100	Pintura:						
170103	Tinta acrílica em parede, sem emassamento (duas demãos)	M²	728,04	23,81	29,31	21.342,40	

	Será medido pela área de superfície preparada e pintada, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas, filetes ou molduras. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas, filetes ou molduras desenvolvidas (m²). O item remunera o fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica; tinta à base de emulsão 100% acrílica, solúvel em água, acabamento fosco acetinado, materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta acrílica, em duas demãos conforme especificações do fabricante, sobre superfície revestida com massa ou não.						<p>Área externa total = [perímetro total das paredes] x [altura da parede] = ((49,7 x 4) - ((8 x 1,5 x 1,5) + (6 x 0,8 x 0,5) + (3 x 0,8 x 2,1))) + ((34,4 x 4) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (1 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((12 x 4) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) (retirado por software autocad) = 335,57 m² + Área interna total = [perímetro total das paredes] x [altura da parede] = ((22,2 x 3) - ((2 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + ((27,4 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((27,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (2,1 x 0,8))) + ((39,3 x 3) - ((4 x 1,5 x 1,2) + (2 x 0,8 x 2,1))) + ((23,6 x 3) - ((3 x 1,5 x 1,5) + (2 x 0,8 x 0,5) + (0,8 x 2,1))) + (5,8 x 3) (retirado por software autocad) = 392,47 m² = total = 728,04m²</p>
190000	DIVERSOS	SUB-TOTAL =					21.342,40
190100	Execução de:						
98522	Alambrado em mourões de concreto, com tela de arame galvanizado (inclusive mureta em concreto). af_05/2018	M	76,80	179,04	220,43	16.929,33	<p>Comprimento total = [comprimento cerca a executar] = 76,80 (retirado por software autocad) = 76,80 m</p>
SINAPI							
190600	Andaimes						
190601	Andaime em cavalete metálico para alvenaria, com chapa de compensado e tábua, com reaproveitamento, inclusive montagem/desmontagem e remanejamento	M	227,34	1,64	2,02	459,04	
	Será medido pelo perímetro da alvenaria a ser construída (m) O item remunera o transporte do material até o local de aplicação, o fornecimento, montagem e desmontagem de andaime para alvenaria, incluindo assaio de tábuas ou chapas, sarrafos, pontalões, suportes e pregos para fixação e posterior limpeza dos resíduos gerados no local.						<p>PERÍMETRO TOTAL DE ALVENARIA A SER ALTERADA = 24,54+23,60+38,91+40,43+27,60+27,40+44,86 = 227,34M</p>
230000	LIMPEZA	SUB-TOTAL =					17.388,37
230100	Limpeza:						
230101	Limpeza Geral da edificação	M²	558,90	7,58	9,33	5.215,93	Área total = [comprimento] * [largura] =

Será medido pela área, na projeção horizontal, de obra limpa (m²).
O item remunera o fornecimento do material e a mão-de-obra necessários para a limpeza geral de pisos, paredes, vidros, áreas externas, bancadas, louças, metais, etc., removendo-se materiais excedentes e resíduos de sujeiras, deixando a obra pronta para a utilização.

Transportes e retirada de entulho:

Será medido por volume, aferido na caçamba ou caminhão (m³).
O item remunera o fornecimento dos serviços de carregamento manual até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade, abrangendo:
A) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e outras vigentes à época da execução dos serviços;
B) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vária, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;
C) Fornecimento da mão-de-obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;
D) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;
E) A mão-de-obra de material de construção e de manutenção

Área da obra:
Sala 07: 45,82m²
Sala 06: 46,40m²
Biblioteca: 47,29m²
Sala 05: 24,00m²
Depósito: 47,29m²
Sala 04: 34,80m²
Sala 03: 45,82m²
Foi considerado a área referente a um perímetro de 1 metro da projeção do telhado para contabilizar a limpeza devido as obras do telhado: 267,48m²
(Retirado por software autocad)
Total: 558,90 m²

F) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o "Controle de Transporte de Resíduos" (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação, conforme exigências das normas NBR 15112, NBR15113 e NBR15114;
G) Estão incluídos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas.

230201 Transporte e carga manual de material a granel (ou demolição) em caçamba

M³ 87,79 108,15 133,15 11.688,95

Volume total = [área de demolição do revestimento das paredes] x [espessura aproximada do reboco] + [volume de demolição do piso] + [volume de demolição das telhas] + [ripas e cabros retirados] x [coeficiente que relaciona a quantidade de volume solto do material] : ((728,04 x 0,02) + (20,36) + (1005,78 x 0,02) + (790,89 x 0,015 x 0,05) + (590,19 x 0,05 x 0,06) x 1,529352) = 87,9 m³

260000 OUTROS SUB-TOTAL = 16.904,88

ED-8005 Costura de trinca com grampo, barra de aço ca-60 Ø4,2mm, comprimento total 40cm, espaçamento de 15cm, inclusive corte, dobra e argamassa, traço 1:4 (cimento e areia), com preparo mecanizado

M 20,00 31,55 38,84 776,89

Comprimento total de trincas = [comprimento aproximado de outras trincas edificação] = 20 = 20 m

SUB-TOTAL = 776,89
TOTAL CUSTO = 380.960,43
BDI OBRA = 23,12
TOTAL GERAL = 380.960,43

QUANDO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ASSEGURAR QUE A EMPRESA TENHA EM SEU PODER CÓPIA DO CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES

BASE
PMT, OSSE, SITOR, SINAPE,
SUDECAP OUT/14
REV00
MAR/25

Nome do técnico responsável pela elaboração da planilha: Iago Dias Lopes CREA/CAU/CFT: A150504-1

Nome do responsável legal pelo município: Prefeito Municipal Coronel Laércio do Reis Gomes elaboração: 28/10/25



MAPA DE RISCOS

OBJETO: A contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.

ETAPA 1: FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – Elaboração do DFD

Planejamento - Identificação da demanda

RISCO: Obra que não atenda as necessidades dos usuários.

PROBABILIDADE	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO	() Baixa () Média (X) Alta
DANO	Transtornos aos usuários que utilizarão o espaço para atividades educacionais essenciais ao desenvolvimento.
AÇÃO PREVENTIVA	Identificar corretamente a necessidade do empreendimento e seu impacto nos respectivos bairros.
RESPONSÁVEL	Responsáveis técnicos do Setor de Projetos Estruturais da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Fazer um estudo e levantamento de informações sobre quantidade de alunos, horário de funcionamento e relação da Escola Municipal com a comunidade.
RESPONSÁVEL	Responsáveis técnicos do Setor de Projetos Estruturais da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

ETAPA 2: ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

Planejamento – Projeto

RISCO: Falta de compatibilização dos projetos.

PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixa () Média (X) Alta
DANO	Traz prejuízos de natureza temporal, física e financeira, ao cumprimento das etapas contidas no Objeto proposto.
AÇÃO PREVENTIVA	Minimizar a falta provável de comunicação entre as equipes de elaboração do Projeto Base e Revisar o Projeto Base, elaborar



	adequadamente os Projetos Complementares conforme as características do objeto contratado e solicitar a(s) revisão(ões) deste(s), pelo setor competente.
RESPONSÁVEL	Setor de Projetos Estruturais
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Revisão dos projetos e dos serviços de adequação;
RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
ETAPA 3: ESTUDO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO – Elaboração do ETP	
Planejamento – Viabilidade	
RISCO: Chegar a uma conclusão equivocada sobre a viabilidade da contratação	
PROBABILIDADE	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta
IMPACTO	() Baixa () Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
DANO	Não obtenção dos resultados pretendidos, desperdício de dinheiro público.
AÇÃO PREVENTIVA	Avaliar corretamente o custo benefício/ necessidade da contratação, sob o ponto de vista técnico e econômico.
RESPONSÁVEL	Responsáveis técnicos do Setor de Projetos Estruturais da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Conferência por parte do Gestor Público.
RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
ETAPA 4: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
Planejamento - Seleção do Fornecedor	
RISCO: Termo de Referência deficitário	
PROBABILIDADE	() Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média () Alta
IMPACTO	() Baixa () Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
DANO	Um TR deficitário, que não cite o objeto com clareza, não traga todas as justificativas legalmente necessárias, ou não separe bem as obrigações do contratado das obrigações do contratante, acarretará em uma contratação deficiente.
AÇÃO PREVENTIVA	Elaborar checklist que identifique todos os itens necessários ao Termo de Referência.
RESPONSÁVEL	Responsáveis técnicos do Setor de Projetos Estruturais da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Revisão do TR com correção e inclusão dos itens ausentes.
RESPONSÁVEL	Responsáveis técnicos do Setor de Projetos Estruturais da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.



ETAPA 5: PLANEJAMENTO

Planejamento – Definição das responsabilidades

RISCO: Prazo insuficiente para a adequada realização do planejamento da contratação.

PROBABILIDADE	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO	() Baixa () Média (X) Alta
DANO	Contratação de objeto mais simplificado e sem tantas especificidades e vantagens que poderiam ser exigidas garantidas com um planejamento prolongado.
AÇÃO PREVENTIVA	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos. Aumentar o número de servidores na fase de planejamento se o tempo for mais curto. Verificação de contratações similares anteriores e seus imbróglios.
RESPONSÁVEL	Setor de Projetos Estruturais da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Alocação integral Setor de Projetos Estruturais da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram o atraso do processo licitatório.
RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

ETAPA 6: EXECUÇÃO

Gestão do Contrato

RISCO: Descumprimento de cláusulas contratuais

PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixa () Média (X) Alta
DANO	Não execução ou execução parcial do objeto
AÇÃO PREVENTIVA	Fiscalização eficiente, semanalmente ou sempre que necessário, a fim de inspecionar e garantir o cumprimento do objeto.
RESPONSÁVEL	Fiscal e gestor.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Aplicação das sanções previstas.
RESPONSÁVEL	Fiscal e gestor.

ETAPA 7: EXECUÇÃO

Gestão da Obra

RISCO: Descumprimento de Prazos

PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixa () Média (X) Alta
DANO	Atrasos nas entregas podem resultar na postergação da auditoria,



	comprometendo o cumprimento de obrigações contratuais do município com a secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e gerando riscos financeiros e institucionais.
AÇÃO PREVENTIVA	Acompanhamento periódico do cronograma. Definição clara de responsabilidades de todas as partes envolvidas (contratado, fiscal, gestor público), para evitar atrasos por falha de comunicação.
RESPONSÁVEL	Fiscal e gestor.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Replanejamento do cronograma. Ajuste de cronograma e reprogramação dos prazos, se possível, com a devida justificativa e aprovação das partes. Rescisão do contrato, caso o atraso seja significativo e afete diretamente a execução do projeto de forma irreversível.
RESPONSÁVEL	Responsáveis técnicos do Setor de Projetos Estruturais da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Formiga - MG, 25 de novembro de 2025.

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Aprovado por:

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Ilgo Dias Lopes

Elaborado por:

Ilgo Dias Lopes

Arquiteto e Urbanista - CAU A150504-1

Coordenador do Setor de Projetos Estrutural



Deus no comando. Confiança no trabalho!

GESTÃO 2025-2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
Rua Travessa Padre Leão João Dehon nº 60, Santa Tereza
(37) 3329-1814/ 99830-0352

JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS APURADOS

OBJETO

Contratação de empresa especializada para executar obras de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.

Para elaboração da Planilha Orçamentária visando à estimativa do valor da contratação, todos os preços unitários utilizados foram retirados de planilhas referenciais de órgãos públicos, especificamente as Planilhas da SEE e para os itens não encontrados foram utilizadas tabelas referenciais do SINAPI-MG e do SETOP-MG, visto que todos os serviços a serem realizados são contemplados pelos preços referenciais disponibilizados pelas planilhas, não sendo necessário o levantamento de custos via cotação de preços de mercado.

Sem mais para o momento.

Formiga - MG, 26 de novembro de 2025.

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Aprovado por:

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Secretário Municipal de Educação e Esporte

lll

Elaborado por:

Iago Dias Lopes

Coordenador do Setor de Projetos Estrutura



JUSTIFICATIVA DE MUDANÇA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Formiga, 20 de março de 2026.

Venho, por meio desta, informar a substituição da dotação orçamentária constante nos documentos referentes ao processo licitatório, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.

Justifica-se esta solicitação pelo fato do referido processo licitatório ter sido iniciado em 2025 e ter ocorrido mudanças no planejamento orçamentário do Município, expresso no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei Orçamentária Anual, que entraram em vigor no exercício de 2026, fazendo-se necessária a adequação orçamentária.

- Dotação orçamentária antiga:
12.01.12.361.0021.1.430-4.4.90.51 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DA REDE FÍSICA ESCOLAR.
- Dotação orçamentária nova:
12.001.12.361.0021.1053-4.4.90.51 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DA REDE FÍSICA ESCOLAR

Aparecida de Sá Silva
Secretária Municipal de Educação e Esportes



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente documento, a contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.

1.2 Segue abaixo descrição detalhada e precisa de todos os elementos que constituem o objeto.

ITEM	QUANT.	Descrição	Unid.	Estimativa total
01	01	Contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao convênio a ser celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.	SV	R\$380.960,43
TOTAL				R\$380.960,43

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) meses, a contar da data da sua assinatura, na forma do **artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021**, e o prazo de execução é de 04 (quatro) meses.

Handwritten signature



2. FUNDAMENTO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A execução da obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite é de extrema importância, se caracteriza como medida essencial para garantir o bem-estar, a segurança física e o pleno desenvolvimento das crianças atendidas. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu artigo 4º, é dever do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à dignidade e à educação. Dessa forma, oferecer um ambiente seguro e adequado é requisito legal e socialmente indispensável.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, prevê que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com prioridade absoluta, o direito à proteção e ao desenvolvimento, em condições dignas de existência. Portanto, a estrutura física da Escola Municipal deve estar em conformidade com a promoção de ambientes pedagógicos saudáveis, que proporcionem experiências significativas e seguras, estimulando a exploração, a criatividade e a socialização. Um espaço deteriorado ou inadequado pode comprometer tanto a integridade física quanto o processo de aprendizagem, ferindo o princípio da proteção integral.

2.2 Justifica-se ainda a contratação destes serviços pelo fato da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e a Secretaria Municipal de Obras e Trânsito não possuírem servidores qualificados para a execução dos serviços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Optou-se pela utilização da modalidade Concorrência, haja vista que se trata contratação de obras e serviços comuns de engenharia, com fundamento nos **artigos 28, II e artigo 6, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021**. A solução para a demanda é a contratação de empresa especializada para executar obra de reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, localizada na Avenida Geraldo Almeida, nº 600, Bairro Vargem Grande, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos, incluindo os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), mão de obra qualificada e demais despesas, vinculadas ao CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as



necessidades do Município, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Esportes atendendo as necessidades do Município.

Por se tratar de uma obra, com Projetos Executivos e demais serviços de engenharia necessários para execução do empreendimento, não se vislumbra no mercado outra solução que não seja a contratação de empresa especializada em engenharia, visto que a secretaria de Educação e Esportes e Secretaria de Obras e Trânsito não possuem equipamentos e mão de obra qualificada para atender a demanda.

3.2 Conforme análise feita em tópico pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar, a solução que se mostra mais vantajosa para a Administração é a contratação desses serviços, envolvendo todas as atividades descritas neste Termo.

3.3 A descrição detalhada do item se encontra pormenorizada em tópico acima.

4. DA AMPLA CONCORRÊNCIA

Este procedimento licitatório não contém itens com exclusividade para microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), uma vez que o item único possui valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Também não é possível a separação de parte do item para cota reservada para ME/EPP, já que se trata de um item indivisível, e a **Lei Complementar nº 123/2006** só estabelece tal exigência quando se tratar de bem divisível, conforme pode ser observado no artigo 48, inciso II da referida lei complementar, a Administração Pública “deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte”.

5. DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Com o objetivo de realizar a promoção do desenvolvimento econômico e social local, em conformidade com o disposto nos art. 47 e art. 48, inciso II e § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014), este Termo de Referência estabelece que, sempre que possível, será dada preferência a microempresas e empresas de pequeno porte, MEIs e sociedades cooperativas, sediadas no município, especialmente se o objeto da licitação envolver produtos ou serviços de natureza local desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos e legais exigidos no presente processo licitatório.



"Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)"

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021.

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; § 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. "

Será promovida preferência na contratação de fornecedores locais, considerando-se o incentivo ao desenvolvimento dos micros, pequenos e médios agentes econômicos. Trata-se de uma intervenção do Município no domínio econômico que tem como objetivo estimular e aumentar a produção, defender os interesses do povo possibilitando a justiça e solidariedade social.

Esta preferência referente às microempresas, empresas de pequeno porte, MEIs e sociedades cooperativas, sediadas no Município de Formiga/MG, visa fomentar o desenvolvimento econômico local, garantindo maior participação das empresas locais e promovendo a geração de emprego e renda no município.

A preferência será exercida por meio de critérios técnicos ou redução de preço, priorizando a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, MEIs e sociedades cooperativas, sediadas no Município de Formiga/MG, considerando ofertas apresentadas que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido, nos termos do artigo 13, inciso I, do Decreto Municipal de Formiga/MG nº 10.805/25 e nos moldes dos artigos 47 e 48, §3º da Lei Complementar 123/2006.



Tal medida visa estimular a economia local, fortalecer o empreendedorismo e reduzir custos logísticos e operacionais, sem prejuízo à competitividade, à isonomia entre os participantes e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6. DA MODALIDADE

O Município de Formiga promoverá a licitação sob a modalidade Concorrência prevista no **art. 28, II e art. 6, XXXVIII da Lei Federal nº. 14.133/2021**.

Optou-se pela utilização da modalidade Concorrência, haja vista que se trata da contratação de obras e serviços comuns de engenharia.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade Concorrência conforme **artigos 28, III e artigo 6, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021**, com utilização do critério de julgamento Menor Preço.

A forma de execução será indireta, no REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, prazo determinado, implicando na total e completa responsabilidade do LICITANTE VENCEDOR, por todo e qualquer serviço/fornecimento/material/mão de obra que sejam necessários à completa e perfeita execução do objeto de acordo com os projetos executivos, especificações técnicas e disposições do CONTRATO a ser firmado.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação para a execução do objeto deverá obedecer, no que couber, ao disposto na **Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2.021 e suas alterações posteriores**, bem como ao Termo de Referência.

Os serviços deverão ser executados conforme descrito nos projetos, nos memoriais de cálculo e descritivo, na planilha orçamentária e no cronograma físico-financeiro (em anexo), obedecendo às especificações técnicas e normas vigentes para cada tipo de serviço.

Deverá estar incluído na execução do objeto, o fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos (inclusive EPI's), mão de obra qualificada e demais despesas necessárias à sua conclusão, tudo em conformidade com as especificações



contidas neste termo de referência, no edital e seus anexos (planilha orçamentária, memorial de cálculo, memorial descritivo, cronograma físico e financeiro e projetos).

A contratada deverá, ainda:

8.1 Cumprir todas as obrigações estabelecidas, riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.2 Responsabilizar por todas as despesas relativas a transporte, hospedagem, alimentação, ferramentas, dentre outras que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto;

8.3 Os serviços deverão ser executados observando todas as normas técnicas vigentes;

8.4 Responsabilizar-se pela qualidade na prestação do serviço sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

8.5 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

8.6 Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a vigência do contrato;

8.7 Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto;

8.8 A contratada fica obrigada a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

8.9 A contratada é obrigada a substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções e outros;

8.10 O Município não aceitará ou receberá o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes no Edital, cabendo a CONTRATADA efetuar a substituição imediatamente, sobre pena de aplicação das sanções previstas;

8.11 A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente, pela execução do objeto deste procedimento durante toda vigência do contrato, em conformidade com as disposições do Edital inclusive seus anexos e termos da proposta de preço, nos termos da legislação vigente ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;



8.12 Cumprir todas as obrigações constantes do edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas recorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.13 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência;

8.14 Não transferir para contratante a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior quando houver inadimplência da contratada, nem onerar o objeto deste Termo de Referência;

8.15 Apresentar cadastro da empresa no “Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços – RANFS®” do Município de Formiga, caso a empresa possua sede em outro município;

8.16 Emitir nota fiscal após a aprovação da medição, a qual deverá ser acompanhada da RANFS®, caso a empresa possua sede em outro município;

8.17 As notas fiscais deverão ser emitidas observando às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9961 de 05 de maio de 2023;

8.18 Informar para a tesouraria do município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com;

8.1.1. REQUISITOS DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1.1.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

8.1.1.2 Fica autorizada a possibilidade de subcontratação, mediante autorização prévia da Administração, para serviços de baixa complexidade, atendendo preferencialmente as ME's e EPP's, não ultrapassando o limite de 30% do objeto. Para análise da subcontratação, deverá ser apresentada documentação que comprove a capacidade técnica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como as declarações exigidas na habilitação do processo licitatório.

8.1.1.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

8.1.1.4 O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante



de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização;

8.1.1.5 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, em até 31 dias corridos, contados a partir da data da homologação da licitação e anterior a assinatura do contrato.

9. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

O serviço será acompanhado e aceito após a verificação precisa do fiscal do contrato, servidor Fernando Rodrigo de Oliveira, Engenheiro Civil portador do CREA-MG 250162-MG nomeado pela **PORTARIA Nº 6.210, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025**, sendo ele o responsável pelo gerenciamento e inspeção do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes no contrato e nos demais documentos integrantes do processo licitatório e ainda em conformidade com a legislação de regência.

Caso haja a necessidade de realizar a substituição do (a) servidor (a) responsável pela fiscalização do contrato, será publicada nova portaria municipal, a qual informará sobre a alteração da fiscalização e designará novo servidor municipal capacitado que passará a atuar como fiscal do contrato.

As execuções dos serviços devem respeitar integralmente a todas as especificações contidas neste termo, salvo em casos de fatos supervenientes. Nestes casos, especificamente, as tomadas de decisões serão entre a Fiscalização e a Contratada.

10. EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 O início da execução dos trabalhos deverá se dar no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da ordem de serviço, exceto se houver um fato superveniente ou por motivo de força maior, devidamente justificado e acatado pelo (s) fiscal (is) do contrato;

10.2 Os prazos máximos de execução dos serviços e obras serão de 04 (quatro) meses.

Os prazos propostos somente serão prorrogados mediante solicitação por escrito da contratada desde que ocorrida interrupção motivada por causas independentes de sua vontade, comprovadamente, e devidamente aceita pela fiscalização;



10.3 A obra será considerada concluída para fins de lavratura de termo de recebimento provisório, depois de executados todos os elementos contratados.

10.4 A obra está prevista para iniciar em janeiro de 2026, em razão do calendário escolar, com o objetivo de causar o mínimo impacto no ano letivo dos alunos, visto que, no período programado para o início das obras, a Escola Municipal estará em recesso escolar.

11. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

11.1 Atendendo às exigências contidas no **art.117 da Lei 14.133, de 2021** e ao **Decreto Municipal 9.841 de 2023**, designado pela autoridade competente, por meio da **PORTARIA Nº 6.210, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025**, o servidor Fernando Rodrigo de Oliveira, Engenheiro Civil portador do CREA-MG 250162-MG, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, como representante da Administração.

11.2 A gestão do contrato será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, cabendo a este o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste;

11.3 Competirá ao gestor do Contrato exercer a administração, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, atestar documentos fiscais, acompanhar o prazo de vigência, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc;

11.4 Competirá ao Fiscal do Contrato exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do Contrato, exercer o relacionamento necessário com a licitante vencedora, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, etc;

11.5 O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à

[Handwritten signature]



regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.6 A fiscalização e gestão contratual, pelo MUNICÍPIO, não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

11.7 As decisões e providências que ultrapassem a competência dos servidores designadas deverão ser solicitadas a AUTORIDADE COMPETENTE, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

11.8 A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Administração da Prefeitura Municipal de Formiga, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

A existência da fiscalização não eximirá a Licitante Vencedora de nenhuma responsabilidade pela execução dos serviços contratados;

11.9 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.11 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 Certidão de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa e do (s) seu (s) Responsável (eis) Técnico (s) detentor (es) do (s) atestado (s);

12.2 Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome de profissional,



pertencente ao quadro da licitante (exigência justificada conforme **Artigo 48 da Resolução CONFEA**: “a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto de acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro-técnico”, acompanhado de sua respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT (exigência justificada conforme **Artigo 64, parágrafo 2º da Resolução CONFEA**: “a CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA ou CAU.”), comprovando execução compatíveis em quantidade, prazo e características semelhantes, relativos às parcelas de maior relevância do objeto da licitação, sendo ele (s):

- Execução de estruturas em madeira: o atestado deverá comprovar a execução do serviço;
- Execução de telhamento em cerâmica: o atestado deverá comprovar a execução do serviço;
- Execução de revestimento em cerâmica: o atestado deverá comprovar a execução do serviço;
- Execução de estrutura em concreto armado e alvenaria: o atestado deverá comprovar a execução do serviço;

A documentação solicitada é autorizada pelo **Artigo 67, incisos I, II e III da Lei nº 14.133/2021** e objetiva certificar a habilitação e aptidão para a realização dos serviços ora contratados, amparando o CONTRATANTE na execução dos serviços nos quesitos de segurança e qualidade, uma vez que se trata de serviços técnicos especializados.

A apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), com vinculação do atestado que comprova a realização dos serviços, demonstra que os serviços são expedidos em nome do profissional responsável técnico.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

A contratada disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



Deverá ser apresentada a relação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

13. JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 Justifica-se a exigência de qualificação técnica em observância ao **Artigo 67 da Lei 14.133/21**. Tal determinação de apresentação de atestado imposta acima tem como fulcro assegurar a qualidade dos serviços prestados pela contratada, garantindo que a mesma atenderá satisfatoriamente a demanda diária da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, ademais, justifica-se ainda, a necessidade da qualificação da empresa, bem como seu responsável técnico para certificar assim, competência, habilidade e capacidade da Contratada de realizar o serviço descrito.

14. VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato vigorará pelo prazo de 05 (cinco) meses, a contar da sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, na forma do **Artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021**, o prazo da obra é de 04 (quatro) meses.

A conclusão do serviço em sua totalidade implica no encerramento do contrato. Justifica-se a divergência entre o prazo de vigência do contrato e o prazo de execução, o fato que, após a entrega do objeto necessita-se de tempo hábil para conferência dos arquivos apresentados e trâmites para pagamento e encerramento contratual.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento decorrente da concretização do serviço licitado será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após a aprovação do Boletim de Medição (BM), conforme Cronograma Físico Financeiro mensal e emissão de Nota Fiscal/Fatura corretamente;

15.2 Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva entrega do objeto nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria adquirente;



15.3 Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, além de GPS (quitada referente última competência devida), GRF (quitada referente última competência devida), GFIP (relação analítica da GRF), relação SEFIP referente última competência devida, folha de pagamento dos funcionários, resumo da folha de pagamento, relação analítica dos eventos com as respectivas bases de cálculo da folha, TRCT (termo de rescisão de contrato de trabalho), GRFC (guia de recolhimento rescisório do FGTS), lista de funcionários, declaração contábil (escrituração contábil) e cópia das guias de recolhimento do ISS quitada;

15.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

15.5 As notas fiscais deverão ser emitidas observando às regras de retenção dispostas na **Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9961 de 05 de maio de 2023**;

15.6 O Gestor/Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

15.7 O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

15.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato;

15.9 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

[Handwritten signature]



16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 16.1 Emitir Solicitação de Fornecimento/Serviço;
- 16.2 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- 16.3 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;
- 16.4 Fiscalizar a execução do objeto, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 16.5 Rejeitar todo e qualquer serviço/material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;
- 16.6 Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1 Executar o serviço em conformidade com a descrição técnica neste Termo de Referência, no contrato, no edital e seus anexos;
- 17.2 Fica autorizada a subcontratação, mediante autorização prévia da Administração, para serviços especializados, atendendo preferencialmente as ME's e EPP's, não ultrapassando o limite de 30% do objeto. Para análise da subcontratação, deverá ser apresentada documentação que comprove a capacidade técnica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como as declarações exigidas na habilitação do processo licitatório;
- 17.3 Reavaliar e reexecutar de imediato e às expensas, serviços em que se verifiquem problemas, sem ônus para o Município;
- 17.4 A CONTRATADA situada ou não no Município de Formiga/MG, deverá arcar com todos os gastos referentes ao deslocamento e manutenção dos serviços contratados;
- 17.5 A contratada deverá fornecer para seus funcionários, equipamentos de proteção necessários para prevenção da saúde e acidente do trabalho – Equipamentos de Proteção Individuais – EPI's;
- 17.6 Responsabilizar pelo transporte, alimentação e demais despesas relativas aos seus funcionários;
- 17.7 Manter os locais de execução dos serviços sempre e devidamente sinalizados;



17.8 Efetuar a limpeza dos locais afetados, removendo todo entulho e/ou restos de materiais provenientes da execução dos serviços, descartando-os nos lugares adequados;

17.9 Comunicar a CONTRATANTE a conclusão dos serviços, para que esta possa proceder à vistoria, com vistas a sua aceitação provisória;

17.10 Responder por qualquer acidente de trabalho na prestação dos serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros;

17.11 Apresentar durante a execução, caso seja solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

17.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local aos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados;

17.13 Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

17.14 Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários e ainda informar a paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela CONTRATANTE;

17.15 Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à CONTRATANTE, durante o período de execução dos serviços, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

17.16 Submeter-se à fiscalização por parte da CONTRATANTE, bem como às disposições legais em vigor;

17.17 Disponibilizar pessoal, equipamentos, veículos, ferramentas e o que mais se fizer necessário para execução integral dos serviços, devendo os equipamentos,



- combustível, veículos e ferramentas estejam em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção;
- 17.18 Preencher a ficha de produção diária, para fins de registro e gerenciamento dos trabalhos executados;
- 17.19 Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: **tesourariapmf@gmail.com**;
- 17.20 Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores;
- 17.21 Contribuir para o bom andamento das obras, mediante planejamento, organização e controles constantes, com alinhamentos de curso e ações com o GESTOR/Fiscal;
- 17.22 Assegurar que o responsável técnico apontado, acompanhe a execução do objeto, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE;
- 17.23 Quaisquer modificações propostas pela CONTRATADA, decorrentes da incompatibilidade técnica entre o projeto e as reais necessidades do órgão CONTRATANTE, somente poderão ser introduzidas após sua análise e aprovação pela Prefeitura de Formiga – MG;
- 17.24 A CONTRATADA deverá assegurar durante a execução das obras e serviços, até seu recebimento provisório, a proteção e conservação dos materiais, equipamentos e dos serviços executados;
- 17.25 Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais e serviços, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício, irregularidades ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes nos documentos integrantes do processo licitatório, por novos materiais quando se tratar de insumos ou nova execução quando se tratar de serviços. O prazo para tal substituição é de 48 horas e às suas expensas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;
- 17.26 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

17.27 Apresentar planilha de composição de preços unitários (CPU) contendo todos os itens que constam na planilha orçamentária, de forma a identificar os insumos e serviços, assim como seus respectivos coeficientes e preços unitários, que juntos resultam no preço total de cada serviço presente na planilha orçamentária;

17.28 Apresentar, a fiscalização, na Secretaria de Educação e Esportes, a Anotação de Responsabilidade Técnica- ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT - no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato;

17.29 Apresentar relatório mensal dos serviços executados, inclusive relatório fotográfico contemplando a execução dos mesmos;

17.30 Apresentar junto com o boletim de medição as certidões de regularidade fiscal, trabalhista, GPS (quitada referente última competência devida), GRF (quitada referente última competência devida), GFIP (relação analítica da GRF), relação SEFIP referente última competência devida, folha de pagamento dos funcionários, resumo da folha de pagamento, relação analítica dos eventos com as respectivas bases de cálculo da folha, TRCT (termo de rescisão de contrato de trabalho), GRFC (guia de recolhimento rescisório do FGTS), lista de funcionários, declaração contábil (escrituração contábil) e cópia das guias de recolhimento do ISS quitada;

17.31 Manter no canteiro de obras o livro de ordem e o diário de obras sempre atualizados;

17.32 Para empresas com sede em outros estados, apresentar no ato da assinatura do contrato o processo de "Visto de Empresa" junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG), bem como a Certidão de Registro;

17.33 A substituição do Responsável Técnico durante a execução do contrato só será possível, por profissional, no mínimo, igualmente qualificado, mediante a expressa aprovação do Fiscal do processo licitatório.

17.34 O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, conforme artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

17.35 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133/2021.



18. DA VISITA TÉCNICA

18.1 Será facultativa ao licitante A VISITA TÉCNICA ao local da obra, que poderá ocorrer até o dia útil anterior à data marcada para o certame. A empresa deverá agendar, previamente, a visita ao local das obras, junto à Secretaria Municipal de Educação e Esportes, localizada na Rua Travessa Padre Leão João Dehon, nº 60, Bairro Santa Tereza, Formiga – MG ou pelo telefone (37) 99830-0352 e falar com Iago Dias Lopes;

É importante a visita ao local da obra, para averiguações e melhor compreensão dos serviços, inclusive sanar todos os questionamentos e dúvidas em projetos e planilhas de especificações e quantitativos de modo a evitar que haja prejuízos de natureza econômica (com a formulação de propostas imprecisas) e de natureza técnica (durante a execução do contrato);

18.2 A visita técnica não é condição obrigatória, sendo, portanto, facultativa à licitante. No entanto, a licitante que optar por não fazê-la assume total responsabilidade sendo considerado para todos os fins que a mesma tem pleno conhecimento das condições necessárias à oferta de proposta e participação do certame;

É de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução da obra.

19. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro através da revisão é condicionada à exaustiva e analítica demonstração, pelos fornecedores, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual decorrente da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado, na forma do art.124, II, "d" da Lei 14.133/21.

19.2. Para que se delibere quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas, pedido solicitando alteração de preços juntamente com a documentação comprobatória e hábil, dimensionando e estimando, de forma mais analítica e robusta possível a dimensão do impacto dos fatos alegados sobre as obrigações fixadas no contrato, categorizando de forma conclusiva no sentido da extraordinariedade da variação de preços alegados pela contratada.



19.3. Nos pedidos de revisão de preços, é obrigação da contratada demonstrar que no valor resultante da revisão foi considerada a diferença percentual entre o preço de referência fixado pela Administração e a proposta por ela ofertada, sendo dever do gestor, por meio de sua equipe técnica, verificar e atestar se o percentual de equilíbrio solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.

19.4. A contratada deverá protocolar formalmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, contendo:

- a) Justificativa detalhada e fundamentada, com a descrição dos fatos geradores do pedido;
- b) Documentação comprobatória, como notas fiscais, contratos com fornecedores, e demais comprovantes de elevação dos custos (reportagens, notícias que indiquem a variação de preço no mercado);
- c) Proposta de readequação dos valores contratuais, com o respectivo impacto financeiro demonstrado através de planilha de custo, se for o caso;
- d) Notas fiscais emitidas na época de abertura da sessão ou do último reequilíbrio concedido.

19.5. Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro nas seguintes condições:

- a) Fatos que já eram de conhecimento da contratada na data da apresentação da proposta;
- b) Riscos ordinários e previsíveis da atividade econômica;
- c) Outros fatores que a Administração julgar não impactarem substancialmente o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

19.6. O início da vigência do novo valor será da data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

19.7. A suspensão ou interrupção da execução dos contratos, durante a análise dos pedidos de sua revisão sem expressa concordância do gestor do contrato, ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato.

19.8. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 60 (sessenta) dias.



19.9. Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº 92 A - 2º Andar, Centro, CEP:35.570-128. Email: reequilibrioformiga@gmail.com OU juridicoelicitacao@gmail.com.

20. DO REAJUSTE

- 20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/11/2025. /
- 20.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice da Coluna 35 da Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou o índice do SINAPI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 20.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida,
- 20.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 20.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 380.960,43** (trezentos e oitenta mil novecentos e sessenta reais e quarenta e três centavos).

Será anexado no edital o orçamento estimado em planilha de quantitativo e preço unitário, em cumprimento ao disposto no **inciso I do § 2º do art. 23 da Lei 14.133/21** obtidos pelos preços praticados no âmbito no setor público.

Os valores utilizados para elaboração do preço de referência são os constantes na TABELA:

- 1. Secretaria de Estado de Educação (SEE) 03/2025 - (Sem desoneração).



2. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices (SINAPI), tendo como data base 08/2025 (Não desonerado) região de Coleta de Belo Horizonte MG.
3. Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), tendo como data base 04/2025 (Não desonerado) região Central de Minas Gerais.

Foram utilizadas as referências da Secretaria de Estado de Educação (SEE), e para os itens não presentes na tabela da SEE foram usadas as referências SINAPI e SETOP para composição do orçamento, para viabilizar a abertura desse processo visto a obrigatoriedade pelo **Decreto 7.983 de 8 de Abril de 2013, no Art. 3º** que cita “ O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, do Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.”

As Tabelas SINAPI e SETOP consistem em planilhas referenciais de preços para as obras executadas com Recursos públicos do Estado, com as pesquisas realizadas pelo IBGE. São milhares de itens de composições de custos unitários, com preços regionalizados e atualizados, para garantir melhores condições de execução e maior resultado econômico das obras.

22. RESULTADOS ESPERADOS

A Secretaria Municipal de Educação e Esportes espera proporcionar para as crianças e usuários da Escola Municipal Benedita Gomide Leite, melhoras no desenvolvimento social e educacional do município, assegurando às crianças condições dignas para seu crescimento, aprendizado e fortalecimento do vínculo escola-comunidade, demonstrando compromisso público com os alunos dos anos iniciais, contribuindo positivamente com a comunidade local que circundam o prédio.

23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



As despesas decorrentes desta aquisição/contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

* CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002166/2025/SEE

*12.01.12.361.0021.1.430-4.4.90.51 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DA REDE FÍSICA ESCOLAR.

Serão usados recursos provenientes do Estado de Minas Gerais.

24. PENALIDADES

24.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa pratica as condutas previstas no **artigo 155 da Lei 14.133/2021**.

24.2 Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

24.2.1. advertência;

24.2.2. multa;

24.2.3. impedimento de licitar e contratar e

24.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

24.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

24.3.2. as peculiaridades do caso concreto

24.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

24.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

24.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



24.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor homologado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Administração, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no **Art. 155 da Lei 14.133/2021**, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

24.5 Será aplicada advertência exclusivamente nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

24.6 Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada nos seguintes casos:

24.6.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.6.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

24.6.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.6.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.6.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.6.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

24.7 Quando justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos nos itens 24.6.1 a 24.6.6, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos seguintes casos:

24.8.1 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

24.8.2 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.8.3 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.8.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



24.8.5 Praticar ato lesivo previsto no **Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

24.8.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do **Art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022**.

24.8.7. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos **Artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25. GARANTIA

25.1 A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, prestará garantia de cumprimento das obrigações contratuais, para o (a) fiscal do contrato, no valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor do contrato para a execução dos serviços, conforme prevê os **Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**, devendo o (a) fiscal do contrato, juntar aos autos do processo licitatório comprovante de prestação da garantia.

25.2 Caberá à CONTRATADA escolher uma das modalidades previstas no **art. 96, § 1º da lei nº 14.133/2021**, dentre as opções abaixo:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;



d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

25.3 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

25.4 Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da CONTRATANTE.

25.5 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no futuro contrato, a não prestação da garantia exigida implicará sua imediata rescisão se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

25.6 Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

25.7 A garantia, ou seu saldo, será liberado ou restituído, a pedido da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por

seu fiscal, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

25.8 A qualquer tempo, mediante entendimento prévio com a CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no subitem 24.2.

25.9 Aceita pela CONTRATANTE, a substituição da garantia será registrada no processo administrativo por meio de apostilamento.

25.10 Aplica-se ao presente contrato a garantia legal, prevista no **Art. 618 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil**, em relação as obras executadas, nos termos do objeto contratado.

26. CONDIÇÕES GERAIS

26.1 Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1º



Andar) – Centro – Formiga/MG, cuja cópia poderá ser obtida através do site www.formiga.mg.gov.br, www.licitanet.com.br ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro – Formiga–MG.

26.2 O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a **Lei n.º 14.133/21**, suas respectivas alterações, bem como o **Decreto Municipal nº 9.841/23** e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.

26.3 O edital poderá ser solicitado pelo e-mail pregoeirospmformiga@gmail.com.

Formiga – MG, 26 de novembro de 2025.

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Autorizado por:

Maria Lucia de Oliveira Andrade

Secretária Municipal de Educação e Esportes

lll

Elaborado por:

Iago Dias Lopes

Coordenador do Setor de Projetos Estruturais



ANEXO I (DO TERMO DE REFERÊNCIA)
TERMO DE VISTORIA TÉCNICA

Venho por meio deste, declarar que _____,
inscrita no CPF sob o nº _____, engenheiro civil/
arquiteto e urbanista da empresa _____, inscrita
no CNPJ sob o nº _____, vistoriou o
local do objeto do presente certame, obtendo todas as informações necessárias e as
especificações técnicas para a realização do objeto licitado, e de todos os aspectos
que possam influir direta ou indiretamente na execução do mesmo. Declara, ainda, que
não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria
para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que vier a celebrar, caso seja
vencedor da licitação.

Formiga, _____ de _____ de _____



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20254422837

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

FERNANDO RODRIGO DE OLIVEIRA
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 1419178091
Registro: 250162MG

2. Dados do Contrato

Contratante: **Prefeitura Municipal de Formiga - MG**
RUA BARÃO DE PIUMHY
Complemento:
Cidade: **FORMIGA**

Bairro: **CENTRO**
UF: **MG**

CPF/CNPJ: 16.784.720/0001-25
Nº: 121

CEP: 35570128

Contrato: **PORTARIA 4012/2024**
Valor: **R\$ 150,00**
Ação Institucional: **Outros**

Celebrado em: **29/09/2025**
Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA GERALDO ALMEIDA

Complemento:
Cidade: **FORMIGA**
Data de Início: **05/01/2026**

Bairro: **VARGEM GRANDE**
UF: **MG**

Nº: 600

CEP: 35573070

Previsão de término: **06/07/2026**

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Finalidade: **ESCOLAR**

Código: **Não Especificado**

CPF/CNPJ: 16.784.720/0001-25

Proprietário: **Prefeitura Municipal de Formiga - MG**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
18 - Fiscalização		
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.5 - DE DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO SEM USO DE EXPLOSIVOS	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.1 - ESCAVAÇÃO	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.5 - REATERRO	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.3 - DE ESTRUTURA DE ARGAMASSA ARMADA	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.4 - COMPACTAÇÃO	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE VEDAÇÃO > #1.1.8.1 - EM ALVENARIA	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.7 - PARA FINS DIVERSOS	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.2 - DE DESMONTAGEM/DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.4 - DE REPARO DE ESTRUTURAS EM MADEIRA	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.3 - PARA ANDAIMES	752,54	m²
60 - Fiscalização de obra > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	752,54	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Reforma da Escola Municipal Benedita Gomide Leite

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: D5CBd
Impresso em: 04/11/2025 às 19:25:59 por: , Ip: 45.235.33.154

www.crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Minas Gerais





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20254422837

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados>. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

- SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

FERNANDO RODRIGO DE OLIVEIRA:32086710836 Assinado de forma digital por FERNANDO RODRIGO DE OLIVEIRA:32086710836

FERNANDO RODRIGO DE OLIVEIRA - CPF: 320.867.108-36

LAERCIO DOS REIS GOMES:76137139620 Assinado de forma digital por LAERCIO DOS REIS GOMES:76137139620
Dado: 2025.11.05 08:23:54 -03'00'

Prefeitura Municipal de Formiga - MG - CNPJ: 16.784.720/0001-25

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 103,03 Registrada em: 04/11/2025 Valor pago: R\$ 103,02 Nosso Número: 8609587058

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: D5CBd
Impresso em: 04/11/2025 às 19:26:00 por: ip: 45.235.33.154

www.crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

